



UNILASALLE
CENTRO UNIVERSITÁRIO LA SALLE



Credenciamento: Decreto de 29/12/98 - D.O. U. de 30/12/98
Recredenciamento: Portaria 1.473 de 25/5/04 - D.O.U. de 26/5/04

MESTRADO PROFISSIONAL MEMÓRIA SOCIAL E BENS CULTURAIS

Linha de Pesquisa: Memória e Gestão Cultural

**MEMÓRIA INSTITUCIONAL E GESTÃO AMBIENTAL: ênfase nas ações
ambientais através de um estudo da Biblioteca da Escola de Engenharia
da UFRGS no período de 2011 a 2015**

Rosangela Haide Bratkowski

Orientadora: Prof^a.Dr^a. Judite Sanson De Bem

CANOAS, 2016

Rosangela Haide Bratkowski

**MEMÓRIA INSTITUCIONAL e GESTÃO AMBIENTAL: ênfase nas ações
ambientais através de um estudo da Biblioteca da Escola de Engenharia
da UFRGS no período de 2011 a 2015**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Memória
Social e Bens Culturais, do Centro
Universitário La Salle – Unilasalle, como
requisito final para obtenção do título de
Mestre em Memória Social e Bens Culturais.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Judite Sanson De Bem

CANOAS, 2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B824m Bratkowski, Rosangela Haide.

Memória institucional e gestão ambiental [manuscrito] : ênfase nas ações ambientais através de um estudo da Biblioteca da Escola de Engenharia da UFRGS no período de 2011 a 2015 / Rosangela Haide Bratkowski. – 2016. 105 f.; 30 cm.

Dissertação (mestrado em Memória Social e Bens Culturais) – Centro Universitário La Salle, Canoas, 2016.

“Orientação: Profª. Dra. Judite Sanson de Bem”.

1. Memória. 2. Gestão ambiental. 3. Políticas ambientais. 4. Biblioteca da Escola da Engenharia UFRGS. I. Bem, Judite Sanson de. II. Título.

CDU:504.6:027.7

ROSANGELA HAIDE BRATKOWSKI

MEMÓRIA INSTITUCIONAL e GESTÃO AMBIENTAL: ênfase nas ações
ambientais através de um estudo da Biblioteca da Escola de Engenharia da
UFRGS no período de 2011 a 2015

Dissertação apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação
em Memória Social e Bens Culturais do Centro Universitário La Salle –
UNILASALLE, ênfase em Memória e Gestão Cultural, como requisito para a
obtenção do título de Mestra em Memória Social e Bens Culturais.

Aprovada pela banca examinadora em 07 de abril de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Judite Sanson de Bem- Orientadora – UNILASALLE

Prof^a. Dr^a. Maria de Lurdes Borges- UNILASALLE

Prof. Dr. Moisés Waismann – UNILASALLE

Prof. Dr. Valdir José Morigi – UFRGS

*Dedico este trabalho a todas as pessoas
que acreditam que fazem a diferença em
qualquer momento de suas vidas.*

AGRADECIMENTOS

A Deus e a todos os Santos, que contribuíram para que eu pudesse enfrentar mais este desafio, com todas as barreiras existentes nessa trajetória, e que me forneceram muita força espiritual.

À minha família, pela paciência e compreensão nas horas ausentes, especialmente ao meu amado marido José, que me amparou e me encheu de esperança e força para nunca desistir. Além de dedicar esse estudo, agradeço às minhas filhas Andréa, Natália e Adriane, que me incentivaram desde o começo. E não poderia deixar de agradecer à minha querida mãe Lorena, por se sentir tão orgulhosa da filha “que não se cansa de estudar”, como sempre fala.

À minha orientadora, Prof. Dra. Judite Sanson de Bem, um agradecimento especial, pela dedicação, orientação, amizade e muito profissionalismo durante esse período em que convivemos. Agradeço por suas críticas sempre construtivas, que enchem o trabalho de anotações coloridas, com sugestões e recomendações.

Ao meu querido Prof. Dr. Valdir José Morigi, pela parceria e ensinamentos.

E, por último, um agradecimento mais que especial à UFRGS, por ter proporcionado esse incentivo à qualificação: sem ele não poderia ter realizado este sonho fora de suas dependências.

RESUMO

Esta pesquisa teve sua origem e sustentação na preocupação de valorizar as boas práticas para um ambiente corretamente saudável dentro da questão ambiental na Biblioteca da Escola de Engenharia da UFRGS (BIBENG). As boas práticas de gestão socioambiental requerem o envolvimento e integração de toda a equipe no que diz respeito à percepção dos problemas e soluções que a Unidade vem enfrentando. Além disso, se percebeu que a memória institucional é um elemento decisivo para assegurar o caráter histórico na consolidação de identidade institucional e as informações, documentações, processos, valores coletivos e individuais estão reunidos em um lugar de memória – uma biblioteca, arquivo, museu, etc. –, um lugar que conserva, registra e preserva para a memória da instituição e da sociedade. A presente dissertação tem o objetivo de propor ações para a melhoria das políticas ambientais da UFRGS, visando o Plano Anual da Escola de Engenharia em consonância com o Plano de Gestão e a Política de Gestão Ambiental da UFRGS no período de 2011-2015. Para tanto, foi realizado um estudo de caso na BIBENG com base nos procedimentos metodológicos identificados como pesquisa bibliográfica e análise documental e descritiva com uma abordagem qualitativa de cunho documental. Em vista disso, após análise dos documentos, conclui-se que a BIBENG, como lugar da memória, pode contribuir com a política de gestão ambiental da UFRGS através da gestão e da disseminação das informações ambientais. Também, percebeu-se que a cultura de gestão ambiental na Universidade é considerada importante nos processos de planejamento e tomada de decisão. Entretanto, a comunidade acadêmica não conseguiu, ainda, incorporar esta cultura de forma efetiva em relação a projetos e/ou ações para minimizar os impactos negativos ao meio ambiente. Desta forma, foi apresentado um protótipo de um produto para os usuários da BIBENG, ecologicamente sustentável, que preserve o meio ambiente e signifique uma mudança cultural ambiental e, ofertado como uma peça comemorativa pelos 120 anos que a Escola de Engenharia e a Biblioteca estão comemorando neste ano de 2016.

Palavras-chave: Memória institucional. Lugar de memória. Gestão ambiental. Biblioteca da Escola de Engenharia da UFRGS.

ABSTRACTS

This research originated and support the concern to value best practices for properly healthy environment within the environmental issue in the Library of the UFRGS School of Engineering (BIBENG). Socioenvironmental good management practices require the involvement and integration of the whole team with regard to the perception of the problems and solutions that the Unit is facing. Besides that, it was noted that institutional memory is a decisive element in ensuring the historical character in the institutional identity consolidation and information, documentation, processes, collective and individual values are gathered in a place of memory - a library, archive, museum, etc. - A place that conserves, records and preserves for the memory of the institution and society. This thesis aims to propose actions to improve the environmental policies of UFRGS, targeting the Annual Plan of the School of Engineering in accordance with the Management Plan and Environmental Management Policy UFRGS in the 2011-2015 period. Therefore, we conducted a case study in BIBENG based on methodological procedures identified as bibliographic and documentary and descriptive analysis with a qualitative approach primarily on documentary evidence. Thereupon, after examining the documents, it is concluded that the BIBENG as a place of memory, can contribute to environmental management policy UFRGS through the management and dissemination of environmental information. Also, it was noted that the culture of environmental management at the University is considered important in planning and decision making. However, the academic community failed to also incorporate this culture effectively in relation to projects and / or actions to minimize negative impacts on the environment. Thus, a prototype of a product was presented to the users of BIBENG, ecologically sustainable, preserving the environment and means an environmental and cultural change, offered as a commemorative piece for 120 years that the School of Engineering and the Library are celebrating this year 2016.

Keywords: Institutional memory. Place of memory. Environmental management. Library UFRGS School of Engineering .

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Meio ambiente e sustentabilidade	52
Quadro 2 – Estrutura do Planejamento Institucional na UFRGS	54
Quadro 3 – Cronograma das ações da Agenda Ambiental da UFRGS	61
Quadro 4 – Exemplo de Planejamento Anual da E.E em consonância com PGR....	75
Quadro 5 – Ações do PDI-EE no período 2011-2015.....	76
Quadro 6 – Planejamento Anual da E.E./BIBENG no período de 2011-2015	79
Quadro 7 – Objetivos versus documentos analisados.....	82

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Estrutura do SGA da UFRGS	58
Figura 2 – Mandala.....	63
Figura 3 – Sala da Biblioteca (1897)	66
Figura 4 – Prédio Novo da E.E. da UFRGS.....	67
Figura 5 – Organograma da BIBENG.....	68
Figura 6 – Ilhas de trabalho com computadores.....	69
Figura 7 – Salas para estudo em grupos.....	69
Figura 8 – <i>Lounge</i> da BIBENG	70
Figura 9 – Balcão de plantão de referência.....	70
Figura 10 – Recepção na área técnica.....	70
Figura 11 – Balcão de empréstimo.....	70
Figura 12 – Estudo e leitura junto ao acervo de periódicos.....	71
Figura 13 – Sala de videoconferência	71
Figura 14 – Síntese das ações ambientais nas gestões da UFRGS e E.E. no período de 2011-2015	83
Figura 15 – <i>Layout</i> frente da sacola ecológica	90
Figura 16 – <i>Layout</i> verso da sacola ecológica.....	90
Figura 17 – Resultado final frente sacola ecológica	91
Figura 18 – Resultado final verso da sacola ecológica.....	91

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	MEMÓRIA INSTITUCIONAL e BIBLIOTECA: características e correlações ...	24
2.1	Memória: individual, coletiva, social	24
2.2	Memória institucional.....	29
2.3	Bibliotecas: e os lugares de memória.....	33
3	GESTÃO AMBIENTAL: uma prática que se insere no ambiente das bibliotecas	38
3.1	Meio ambiente: um tempo de história e memória.....	40
3.2	Sistema de Gestão Ambiental: em uma instituição universitária	44
4	INSTRUMENTOS INSTITUCIONAIS DE GESTÃO DA MEMÓRIA DA UFRGS: ênfase no meio ambiente	48
4.1	Plano de Gestão da UFRGS: período de 2008 a 2016	48
4.2	Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFRGS: período de 2011 a 2015.....	53
4.3	Sistema de Gestão Ambiental (SGA):a Política Ambiental da UFRGS	56
4.3.1	<i>Política Ambiental da UFRGS: no âmbito da memória institucional</i>	<i>57</i>
4.3.2	<i>Agenda Ambiental da Administração Pública da UFRGS – A3P UFRGS ..</i>	<i>60</i>
4.3.3	<i>Programas e Projetos do SGA</i>	<i>63</i>
5	ESTUDO DE CASO: Biblioteca da Escola de Engenharia da UFRGS – (BIBENG).....	65
5.1	Histórico da BIBENG: a memória no tempo	65
5.2	Instrumentos de Gestão da Escola de Engenharia e da Biblioteca de Engenharia da UFRGS no período de 2011 a 2015	72
5.2.1	<i>Planejamento de Desenvolvimento Institucional (PDI-E.E.): diretrizes básicas.....</i>	<i>73</i>
5.2.2	<i>Política de Gestão da BIBENG: diretrizes ambientais propostas e sua execução</i>	<i>76</i>

5.2.3 Plano Anual da E.E.BIBENG: proposto de pela BIBENG no período 2011-2015.....	78
5.3 Análise e interpretação dos dados	81
5.3.1 Síntese dos objetivos: relação com os documentos analisados.....	81
5.3.2 Perspectivas no PDI-UFRGS período 2016-2026: ênfase nas questões ambientais	84
6 SACOLA ECOBENG: ecodesign, uma alternativa de sustentabilidade ambiental	87
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
REFERÊNCIAS.....	97
APÊNDICE A – Questionário da entrevista	105

1 INTRODUÇÃO

A sabedoria não se transmite, é preciso que nós a descubramos, fazendo uma caminhada que ninguém pode fazer em nosso lugar e que ninguém nos pode evitar, porque a sabedoria é uma maneira de ver as coisas.

Marcel Proust

O crescente interesse em resgatar o passado das instituições públicas e privadas propicia um novo olhar sobre a memória institucional, pois se tem percebido a necessidade de manter armazenado e preservado seu patrimônio material e imaterial, independentemente das transformações que ocorreram ao longo de sua trajetória, em suas formas estruturais de organização e funcionamento.

Nossas memórias são lembranças do passado que vão se construindo num processo em constante movimento. Elas se transformam ao longo do tempo, a cada vez que são evocadas, num exercício de memória seletiva: lembramos somente daquilo que desejamos, o restante fica no esquecimento. Neste sentido, pesquisadores das áreas de Sociologia, Antropologia, História e Psicologia argumentam que a memória construída no presente é uma questão de pertencimento não em uma forma individualizada, mas no coletivo (GONDAR, 2000; HALBWACHS, 1990; VALENCIA, 2005).

Para as estruturas organizacionais, a memória da coletividade – a memória de todos os indivíduos que desempenham as mais diversas atividades dentro de todas as hierarquias de uma organização – forma padrões e regras de conduta que garantem seu funcionamento e o exercício de suas funções reprodutoras e transmitidas de geração em geração. Para Halbwachs (1990), as memórias são construções dos grupos sociais e são eles que determinam o que é memorável e os lugares nos quais essa memória será preservada. Portanto, segundo o autor, nenhuma lembrança pode existir sem o conjunto da sociedade, pois o indivíduo

social necessita da memória que foi construída a partir de suas relações e interações.

A memória institucional se confunde com a memória organizacional, entendida como um conjunto de processos e ferramentas para organizar, preservar e tornar acessível a informação. Portanto, esta trata da informação, enquanto a memória institucional abrange a memória organizacional, mas não se limita a ela e, sim, sua legitimidade (COSTA, 1997). Sendo assim, o foco principal da memória organizacional está na aprendizagem e no conhecimento dos indivíduos e da organização, resguardados através de políticas, procedimentos, tecnologias e pela eficácia da organização.

Ao estudar a memória institucional percebe-se que todos seus dados, informações, documentações, processos, crenças, valores, indivíduos e sua trajetória, estão reunidos em um lugar de memória, como uma biblioteca, arquivo, museu, etc., um lugar que conserva, registra e preserva para a memória da instituição e da sociedade. Neste estudo, percebe-se a biblioteca universitária como um lugar de memória, pois ela não emerge sozinha, mas se apropria do conhecimento gerado pela comunidade acadêmica para conservá-lo e preservá-lo para gerações futuras, através de significados, conforme Pierre Nora (1993), no sentido material, simbólico e funcional, atuando em conjunto sob óticas diferentes.

Nesse contexto, a Biblioteca da Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (BIBENG) se caracteriza como um lugar de memória institucional, inserido no âmbito do processo institucional e do patrimônio intelectual. A Biblioteca é responsável pelo registro das informações, do conhecimento e pela preservação da produção científica e tecnológica dos docentes, dos discentes e dos técnicos da Escola de Engenharia da UFRGS. Sua missão é “Incentivar a geração e o uso de informações técnicas e científicas de interesse para as áreas de Engenharia e contribuir para a preservação da produção intelectual docente da UFRGS” (UFRGS/BIBENG, 2011).

Além disso, a BIBENG estabeleceu valores que norteiam as diretrizes a serem aplicadas para seu desempenho organizacional e ambiental, destacando: “Primar pelo comprometimento com o desenvolvimento sustentável nas

dimensões ambiental, econômica e social” (UFRGS/BIBENG, 2011). Desta maneira, surgem ações que exigem da instituição responsabilidade em relação à implantação de suas políticas ambientais de forma que ela esteja contida em sua estrutura organizacional.

A partir dos anos 60 surgiram iniciativas para conter os problemas ambientais à preservação ambiental, em função de uma série de fatores negativos sobre a ação do homem no ambiente. Começa, neste período, uma transformação a nível global, nas organizações e instituições públicas e privadas acerca da implantação de ações que buscam conter os impactos negativos gerados pelo homem. Nesse sentido, passaram a inserir a gestão ambiental em seus planos de ação na qual o planejamento para a tomada de decisão é parte do processo. A gestão socioambiental tornou-se uma prática nas organizações, promovendo perspectivas em relação ao uso consciente dos recursos naturais e do ambiente.

A gestão ambiental é uma ação planejada que auxilia no manejo dos recursos naturais com responsabilidade no controle da poluição ambiental, evitando o desperdício e a geração de resíduos. Além disso, a gestão e a divulgação de informações ambientais, para efetivação da educação ambiental, no contexto da comunidade universitária, estão intimamente ligadas à preservação da memória institucional, pois é necessário conhecer o passado para propor inovações no presente e projetar o futuro.

No contexto institucional, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), através da implantação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), reafirmou junto as práticas da Biblioteca ações relacionadas a gestão ambiental, as quais firma o seu compromisso com a melhoria contínua a construção da consciência ecológica e a sustentabilidade ambiental, sugerindo mudanças nos hábitos culturais da comunidade universitária através de projetos, planos e políticas que venham a difundir conhecimentos e informações ambientais.

Nessa perspectiva, a escolha do tema deste estudo decorreu da percepção quanto à necessidade de se implantar projetos e ações de preservação do meio

ambiente com objetivos a favorecer os usuários da BIBENG e a comunidade acadêmica, contemplando metas que viabilizem a diminuição dos impactos negativos. A delimitação do tempo desdobra-se em função do planejamento anual da Escola de Engenharia, que deve estar alinhado ao planejamento da Universidade, cujas diretrizes estão expressas nos Planos de Gestão do Reitorado.

Assim, o objeto deste estudo é o Plano Anual da Escola de Engenharia com ênfase nas diretrizes do meio ambiente, no período de 2011 a 2015, que atende aos princípios norteadores regidos pelo PDI/UFRGS, período de 2011-2015. Busca-se compreender esta relação institucional e a Biblioteca, seguindo as orientações do Núcleo de Avaliação da Unidade (NAU) da Escola de Engenharia, órgão responsável por coordenar e acompanhar o Plano Anual de metas definido pela Escola de Engenharia

Quanto ao problema de pesquisa se desdobra pela ocorrência que a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, desde a implantação de sua Assessoria de Gestão Ambiental, (AGA), em 2005, tem procurado adequar as condições ambientais para toda a comunidade acadêmica. A AGA tem responsabilidade de elaborar, implementar e acompanhar o Sistema de Gestão Ambiental da UFRGS, inclusive os processos no âmbito da Universidade que apresentam aspectos relacionados a questões ambientais, com a missão de “planejar, implantar e monitorar a Política Ambiental da UFRGS” (UFRGS/AGA, 2005).

Entre as diretrizes da política consta o desenvolvimento de mudança cultural através de uma política pedagógica ambiental desenvolvida junto à comunidade universitária e à sociedade como um todo. Neste sentido, a Universidade, desde 2009, oferece aos seus servidores técnico-administrativos cursos de Capacitação com ferramentas para o desenvolvimento de técnicas e práticas relativas à educação ambiental visando a busca da minimização dos impactos gerados pelo homem no ambiente.

Dentro dessa perspectiva, a BIBENG, sendo uma unidade que está diretamente relacionada com as competências, a inserção e integração com o

meio e a memória da Universidade, participa ativamente das propostas e programas de sustentabilidade desenvolvidos pelo Pró Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGESP), incentivando sua equipe a participar dos cursos oferecidos para que todos possam compreender e realizar as boas práticas, de maneira efetiva e abrangente.

As boas práticas de gestão socioambiental na Biblioteca da Escola de Engenharia requerem envolvimento e integração por parte de todos os servidores técnico-administrativos no que diz respeito à percepção dos problemas e soluções que a Unidade vem enfrentando, fortalecendo, assim, as exigências por melhorias em nível mais abrangente, ou seja, que ultrapasse as fronteiras da Biblioteca, sendo estas melhorias absorvidas por toda a comunidade universitária.

Assim, o problema da pesquisa se desdobra nas seguintes questões: Em que contexto a Biblioteca da Escola de Engenharia da UFRGS, pode contribuir com a elaboração do Plano Desenvolvimento Institucional da Escola de Engenharia em consonância com o Plano Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade?; Quais ações a Biblioteca pode sugerir para melhoria das políticas ambientais na UFRGS?; Como o plano de gestão ambiental da BIBENG pode auxiliar o plano de gestão ambiental da UFRGS?

O objetivo geral do estudo é propor ações para a melhoria das políticas ambientais da UFRGS, visando o Plano Anual da Escola de Engenharia em consonância com o Plano de Gestão e a Política de Gestão Ambiental da UFRGS no período de 2011-2015.

São objetivos específicos:

- a) descrever as ações propostas à Gestão Ambiental inserida no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFRGS, para o período de 2011-2015;
- b) identificar os documentos que tratam dos Planos de Gestão da Escola e da Biblioteca de Engenharia da UFRGS a partir de 2011;
- c) apresentar as ações propostas pela Biblioteca quanto à preservação e redução do impacto ambiental, contidas no Plano Anual da Escola de

Engenharia em consonância com o Plano de Gestão e a Política de Gestão Ambiental da UFRGS;

- d) apresentar um protótipo de um produto para aos usuários da BIBENG, ecologicamente sustentável e que preserve o meio ambiente.

Este trabalho apresenta cinco fatores relevantes que justificam a pesquisa do tema proposto e sua importância no contexto acadêmico de uma universidade pública:

- a) primeiramente, a justificativa é de ordem pessoal:

- A escolha deste tema dá-se, primeiramente, em função da autora ter participado do Curso de Capacitação em Fundamentos da Gestão Ambiental, organizado e desenvolvido pelo Sistema de Gestão Ambiental UFRGS (SGA), entre 2010 e 2011. No conteúdo programático do curso, uma das atribuições como certificador acontecia no sentido de se efetuar um Levantamento dos Aspectos e Impactos Ambientais (LAIA) nas unidades da UFRGS, com objetivo de dar conhecimento à comunidade acadêmica, sobre a implantação da Política de Gestão Ambiental da UFRGS e fazer um diagnóstico, estabelecendo procedimentos para identificar e avaliar os aspectos e impactos ambientais, associados às atividades, instalações, produtos e serviços da Universidade e demais unidades. Nesse período, foram propostas ações que estavam diretamente ligadas à preservação do meio ambiente.

- Como a autora desta dissertação é uma profissional bibliotecária - documentalista, em exercício, atualmente, na Escola de Engenharia da UFRGS, especialista em Gestão em Bibliotecas Universitárias, o tema abordado visualizou a oportunidade de colocar em prática seus conhecimentos adquiridos e, enfatizar a relação da gestão ambiental com uma biblioteca universitária;

- Ao mesmo tempo, o tema representa a oportunidade de inserir a Biblioteca neste projeto maior da UFRGS, propondo ações sobre o

meio ambiente e, assim apresentar um produto ecologicamente sustentável.

- b) o segundo motivo envolve a importância do estudo da Política de Gestão da Biblioteca que estabelece as diretrizes e orientações gerais para a estruturação do processo de planejamento estratégico com objetivo de,

[...] facilitar a compreensão de autoridades, funcionários, usuários e interessados pelos serviços e/ou ações da Biblioteca acerca das políticas adotadas, das tomadas de decisões realizadas, bem como pelas ações implementadas pelo(s) gestor(es) da BIBENG (UFRGS/PG, 2013, p.4).

Assim, dentro das instruções contidas na Política de Gestão da Biblioteca está a Sustentabilidade Empresarial, “[...] sendo um conjunto de práticas que procuram demonstrar respeito e preocupação com as questões do ambiente e da sociedade em que estamos inseridos ou onde atuamos” (UFRGS/PG, 2013, p.23).

- c) outro motivo que justifique esta pesquisa é a questão social:

- Considera-se a responsabilidade social da UFRGS como instituição pública a serviço da sociedade e comprometida com o ensino, a pesquisa e a extensão, bem como com o futuro, mantendo uma consciência crítica que respeita as diferenças, prioriza a experimentação e, principalmente, reafirma seu compromisso com a educação e a produção do conhecimento e com a defesa do meio ambiente, da memória e patrimônio cultural e da produção artística, inspirada nos ideais de liberdade e solidariedade. A finalidade básica da UFRGS, conforme seu Estatuto é a “[...] educação superior e a produção de conhecimento filosófico, científico, artístico e tecnológico integrados no ensino, na pesquisa e na extensão” (UFRGS, 1994). Sua missão é “Desenvolver educação superior com excelência e compromisso social, formando indivíduos e gerando conhecimento filosófico, científico, artístico e tecnológico, capazes de promover transformações na sociedade” Como valores, a Instituição apresenta:

responsabilidade social; transparência; inclusão; responsabilidade ambiental; promoção do bem-estar; inovação e melhoria contínua; internacionalização e interdisciplinaridade. Tem como visão para o futuro “Ser uma UNIVERSIDADE reconhecida pela sociedade como de excelência em todas as áreas de conhecimento em âmbito nacional e internacional” (UFRGS/PDI – 2016-2026, 2015). Nesse sentido, a UFRGS, em suas diferentes unidades, está inserida, há quase uma década, na execução de ações que visam a preservação do meio ambiente, sendo que estas já fazem parte de sua história. Conforme sua Política de Gestão Ambiental, aprovada pelo Reitor José Carlos Ferraz Hennemann, designado pela Portaria 2604, de 17/08/2005:

A **UFRGS**, através de sua Administração Centralizada e da Direção de seus Órgãos, se compromete com a **melhoria contínua** de seu **desempenho ambiental** e com a prevenção à poluição, adotando procedimentos e práticas que visem à **prevenção de impactos ambientais** negativos, em conformidade com os **requisitos legais**, gerando **alternativas** que propiciem a **sustentabilidade** da comunidade universitária e de toda a sociedade, desenvolvendo uma estratégia de **mudança cultural** por meio de uma **política pedagógica ambiental** (UFRGS/AGA, 2005).

A preservação ambiental é a prática de preservar o meio ambiente, através de um conjunto de ações, que devem ser adotadas por todos, para o benefício tanto do meio ambiente quanto dos seres vivos. Essas ações têm o propósito de enfatizar a importância do ambiente, evidenciando o despertar da consciência cidadã na comunidade acadêmica.

- d) outra justificativa da importância deste estudo é que em 2016, a Escola de Engenharia da UFRGS bem como a Biblioteca estarão comemorando 120 anos. Para celebrar esta data especial serão lançadas algumas peças comemorativas e entre elas a sacola ecológica já denominada ECOBENG. A escolha deste produto contribuirá à promoção da BIBENG com a finalidade de conscientizar a comunidade universitária em relação às questões ambientais e,

apoando-os a preservar e difundir a memória institucional a partir de estratégias da gestão documental.

- e) o último motivo, e não menos importante, encontra-se no fato de ser esta a primeira Biblioteca do Sistema de Bibliotecas da UFRGS (SBUFRGS) a oferecer um produto único que divulgue a memória e resguarde o meio ambiente. O Sistema de Bibliotecas Universitárias (SBU) possui 32 bibliotecas, é integrado pela Biblioteca Central, órgão coordenador, e possui 31 bibliotecas setoriais, que disponibilizam um rico acervo de documentos em variados suportes e oferecem serviços de informação e documentação à comunidade universitária. As bibliotecas setoriais estão distribuídas entre os campi da UFRGS.

A proposta metodológica deste trabalho se baseia na abordagem qualitativa, de cunho documental. Além disso, prevê a utilização da pesquisa documental e descritiva, bibliográfica e estudo de caso, fornecendo a elaboração de um plano de trabalho mais previsível, identificando e localizando as fontes de forma mais direcionada através da instituição estudada.

Para Gil (2010) as pesquisas se classificam quanto à natureza dos dados: pesquisa qualitativa e quantitativa; quanto ao ambiente em que estes são coletados: pesquisa de campo ou de laboratório e, quanto ao grau de controle das variáveis: experimental e não experimental.

Neste estudo, o método adotado é a pesquisa qualitativa. O processo da pesquisa qualitativa é análise de dados não numéricos e não estruturados. É um procedimento analítico em documentos internos, de modo a produzir interpretações e explicações que procurem dar conta, de alguma maneira, do problema e das questões que motivaram a investigação (DUARTE, 2002).

Quanto aos procedimentos técnicos ou meios de investigação, a pesquisa leva em consideração o ambiente, a abordagem teórica e as técnicas de coleta e análise de dados. Assim, Gil (2010) classifica os seguintes delineamentos de pesquisa: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, pesquisa experimental, ensaio clínico, estudo de caso, pesquisa participante, pesquisa fenomenológica,

pesquisa *ex-post-facto*, o levantamento de caso, pesquisa-ação e pesquisa participante. No entanto, nenhum sistema de classificação pode ser considerado exaustivo nem absolutamente rígido, visto que algumas pesquisas, em função de suas características, não se enquadram em qualquer das categorias propostas (GIL, 2010).

Sendo assim, foram utilizados, no presente estudo, três tipos de procedimentos técnicos: a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e o estudo de caso. “A pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado. [...] Praticamente toda a pesquisa acadêmica requer em algum momento a realização de trabalho que pode ser caracterizado como pesquisa bibliográfica” (GIL, p. 29, 2010). Este estudo também utilizou a pesquisa bibliográfica para a fundamentação teórica do trabalho, bem como para informações e contribuições acerca da memória institucional e a gestão ambiental em bibliotecas. A pesquisa documental é realizada em documentos que ainda não receberam um tratamento analítico ou estão conservados no interior de órgãos públicos e privados de qualquer natureza, ou seja, a fonte documental é interna à organização.

Para Vergara (2009, p. 44), o estudo de caso está restrito a “uma ou poucas unidades, entendidas essas como pessoa, empresa [...], órgão público. Tem caráter de profundidade e detalhamento”. Gil (2010, p. 37) corrobora, afirmando que “[...] consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, que permita seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos considerados”.

No desenvolvimento da pesquisa foi utilizada a técnica de coleta de dados como a entrevista e a análise dos documentos. A análise de documentos internos é necessária para realizar um levantamento das ações propostas para o meio ambiente dentro no período de 2011-2015, dentro do contexto institucional. A utilização da entrevista aplicada visa complementar as informações que não esclarecem objetivamente nos documentos analisados. De acordo com Marconi e Lakatos (2010, p. 179) “A entrevista tem como objetivo principal a obtenção de informações do entrevistado, sobre determinado assunto ou problema”.

Dessa forma, entrevistou-se o Prof. Darci Campani, gestor da Assessoria de Gestão Ambiental (AGA) da UFRGS, uma vez que é o detentor do conhecimento empírico, e o responsável pela execução dos processos e obtenção de bons resultados em sua área de atuação, o que torna fundamentais a opinião, o esclarecimento e a contribuição do participante. O questionário (Apêndice A), aplicado ao gestor foi sendo elaborado espontaneamente no decorrer da entrevista, que durou cerca de 20 minutos aproximadamente, vinculando cada pergunta às informações fornecidas pelo entrevistado.

Com o foco nessas considerações, a dissertação está estruturada em sete capítulos, incluindo a “Introdução”. O primeiro capítulo trata da “Memória institucional e biblioteca: evidências e correlações”, enquanto fundamentos teóricos que sustentam o estudo. Apresenta a memória individual, coletiva e social através dos principais teóricos, que tratam a memória coletiva como a memória do grupo social. Identifica, ainda, a diferença entre memória institucional e memória organizacional através de seus conceitos e características, com autores que identificam o aspecto eficiência da organização com a questão legitimidade da instituição. Destaca, por último, a Biblioteca como lugar de memória no “sentido material, simbólico e funcional”, conforme Pierre Nora, autor que deu início à concepção de lugares de memória em espaços como arquivos, museus, bibliotecas, etc.; nos quais identifica o passado cedendo lugar para a ideia do eterno presente.

Por sua vez, o segundo capítulo, trata da “Gestão Ambiental: uma prática que se insere no ambiente das bibliotecas”, focando o meio ambiente através do tempo de história e memória no século XX. Aponta a Gestão Ambiental nos espaços das bibliotecas universitárias, agrupando vários aspectos ambientais em sua infraestrutura e finalizando este capítulo aborda o Sistema de Gestão Ambiental como uma prática interna ambientalmente correta dentro de uma organização com alguns conceitos sobre uma política ambiental.

O terceiro capítulo, intitulado “Instrumentos Institucionais de Gestão da Memória da UFRGS: ênfase no meio ambiente” analisa os Planos de Gestão da UFRGS: período de 2008-2012, que têm o objetivo de ser apresentado como um

elemento referencial adicional da mesma a órgãos de auditoria e de avaliação institucional externa e ser um planejamento de atividades da Administração Central, em vista da inexistência de um Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Analisa, também, o Plano de Gestão 2012-2016, com princípios norteadores para sua elaboração e a continuidade dos projetos da gestão anterior, embasados pelo PDI do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFRGS, período de 2011-2015 e a Política Ambiental da UFRGS elaborada através do Sistema de Gestão Ambiental (SGA) com propostas, projetos e programas da Universidade para a comunidade universitária.

No quarto capítulo, intitulado “Estudo de caso: Biblioteca da Escola de Engenharia da UFRGS (BIBENG)”, procura-se apresentar a contextualização histórica de formação da Biblioteca, bem como fazer a identificação e análise dos instrumentos de gestão da Escola de Engenharia e da Biblioteca, no período de 2011-2015, com propostas ao meio ambiente. Por fim, o capítulo analisa e interpreta os resultados obtidos através do levantamento dos instrumentos coletados.

O quinto capítulo descreve os passos para confecção da sacola “ECOBENG: uma alternativa” com a finalidade de conscientizar a comunidade universitária em relação às questões ambientais. Na última parte, “Conclusões e considerações finais”, são retomadas as indagações do objeto analisado e dos objetivos propostos, procurando trazer entendimento e reflexões quanto ao contexto institucional em relação à Biblioteca pesquisada.

2 MEMÓRIA INSTITUCIONAL e BIBLIOTECA: características e correlações

A finalidade deste capítulo é apresentar as principais bases teóricas que fundamentam este trabalho. Inicialmente, apresenta-se a memória individual, coletiva e social através dos principais autores apontados na literatura científica. Descreve-se o que se entende por memória institucional, suas características e principais conceitos, bem como a memória organizacional, abordando definições mais relevantes e suas relações. Faz-se uma relação entre a Biblioteca como lugar de memória e seu contexto na memória institucional.

2.1 Memória: individual, coletiva, social.

A memória pode ser definida, de um ponto de vista mais genérico, como a “[...] capacidade humana de reter fatos e experiências do passado e retransmiti-los às novas gerações através de diferentes registros (sonoros, imagéticos, textuais etc.), graças a um conjunto de funções psíquicas” (OLIVEIRA, 2009, p. 219). No sentido lato a memória é um fenômeno complexo em construção e reconstrução, que abrange a multidisciplinaridade, a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade, e tem sido tratada pelas diversas abordagens teóricas no campo das Ciências Sociais, da Antropologia, História e Psicologia.

Dentro da perspectiva sociológica, Maurice Halbwachs (1990) contribuiu para a compreensão do significado da memória coletiva. E a questão central foi definir a memória como sendo uma construção social. Enfatizou que tudo o que lembramos do passado faz parte de construções sociais que são realizadas no presente. Halbwachs criou a expressão “estrutura social da memória”. Segundo ele as memórias são construções dos grupos sociais: são eles que determinam o que é memorável e os lugares nos quais essa memória será preservada. Foi Halbwachs o primeiro a afirmar que nenhuma lembrança pode existir sem a sociedade. Portanto, para o autor, mesmo que o indivíduo estivesse só, recordaria através de memórias que não seriam só suas. Indivíduos não se lembram por si

mesmos e, para lembrarem, necessitam da memória coletiva, isto é, da memória que foi construída a partir da interação entre indivíduos (HALBWACHS, 1990). Assim, para Halbwachs (1990) cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva e que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali ocupo, e que este mesmo lugar vai mudar segundo as relações que mantenho com outros meios, outros processos de comunicação.

Os estudos de Fentress e Wickham (1992, p. 41) argumentam que a “[...] memória social identifica um grupo, conferindo sentido ao seu passado e definindo as suas aspirações para o futuro”. Porém, segundo os estudos de Myriam Santos a memória é cada parte e tudo que cada indivíduo possui no todo em torno de si, pois somos tudo aquilo que lembramos e a memória não se restringe só pensamento, imaginação e construção social, também é uma determinada experiência de vida capaz de transformar outras experiências, a partir de vestígios deixados no passado. A memória, neste sentido, excede o escopo da mente humana, do corpo, do aparelho sensitivo e motor e do tempo material, pois ela é o resultado de representações, rituais, documentos e comemorações (SANTOS, 2003).

O que a autora argumenta é que as teorias sociais contemporâneas não responderam, ainda, à complexidade do fenômeno social memória. Nessa perspectiva sugere que a memória, sendo um processo em construção, foi se transformando ao longo do tempo.

A memória coletiva não corresponde sequer a todas as representações do passado, que ao serem elaboradas de uma ou outra forma, estão à disposição dos membros de uma sociedade. Os conteúdos de uma biblioteca, por exemplo, são traços de um passado elaborado e relevante, porém, por si só, não são, memória coletiva de seus indivíduos, seria a memória de uma sociedade, uma memória social. E a “memória da sociedade não pode ser vista somente como um conjunto de representações do passado, mas também como um conjunto de práticas através das quais o presente e o passado se vinculam” (JEDLOWSKI, 2000, p. 131). Jedlowski argumenta que a memória é concebida como uma rede complexa de atividades na qual o passado nunca permanece o mesmo, mas é

constantemente selecionado, filtrado e reestruturado pelas questões e necessidades do presente, em ambos os níveis individual e social (JEDLOWSKI, 2001).

Jacques Le Goff defende que a expressão “memória-coletiva”, deve ser utilizada para os povos sem escrita, característicos de um período em que predominava a figura do “homem-memória” e os conhecimentos eram transmitidos de forma oral, mas explica que, contrariamente ao que em geral se crê, a memória transmitida pela aprendizagem, nas sociedades sem escrita, não é uma memória “palavra por palavra”, e sim uma liberdade com possibilidades criativas de transmitir o conhecimento e reconstruir a memória (LE GOFF, 2003).

Para Le Goff (2003), a memória coletiva, com o passar do tempo, assume a forma de inscrição, de um suporte físico, a epigrafia. Surge então o registro da memória por meio de documentos. Neste tipo de documento a escrita tem a função de armazenar a informação, para se comunicar através do tempo e do espaço, com objetivo de fornecer ao homem um processo de marcação e registro. Outra função importante é assegurar que a esfera auditiva à visual seja feita através de uma passagem sem ruídos, permitindo reexaminar, reordenar, retificar frases e até palavras isoladas (GOODY, 1977b ¹citado por LE GOFF, 2003).

A questão da ausência ou presença da escrita, ao se distinguir entre memória coletiva e memória social, sugere que “[...] a capacidade de uma sociedade para transmitir a sua memória social sob uma forma lógica e articulada não depende, portanto, do domínio da escrita.” (FENTRESS; WICKHAM, 1992, p. 64). Os autores vão além, ao afirmarem que “[...] o fato de uma sociedade ter adquirido a capacidade de representar o seu saber sob formas escritas não quer dizer que essa sociedade tenha cessado de ser também uma cultura oral.”

Em estudos recentes nas pesquisas sobre a memória social, o psicólogo Celso Pereira de Sá destaca as proposições encontradas nesses estudos,

¹ GOODY, J. **The domestication of the savage mind**. Londres: Cambridge University Press, 1977b. Apud LE GOFF, J. (2003).

partindo de uma proposição comum de que a memória não se restringe somente à reprodução das experiências do passado, “e sim uma construção, que se faz a partir daquelas, [...] mas em função da realidade presente com apoio de recursos proporcionados pela sociedade e pela cultura” (SÁ, 2005, p. 66). Ela é o eixo central unificador da memória social na contemporaneidade.

Seguindo seu estudo, o autor argumenta, que a memória social, partindo do princípio construtivista, no qual as lembranças de indivíduos que transitam entre diferentes grupos formam uma reconstrução da memória social. Ele também destaca que são os indivíduos que se lembram, ainda que se admita, que a forma e boa parte do conteúdo como lembram sejam determinados,

[...] pela sociedade, pelo grupo próximo, pelas instituições, pelos marcos mais amplo da sociedade, por recursos histórica e culturalmente produzidos [...] a memória experimentou um processo sócio-histórico - cultural de progressiva exteriorização, através da invenção dos calendários, do desenvolvimento de uma *arte da memória*, do advento da escrita, da imprensa, da fotografia, do computador, etc. (SÁ, 2005, p. 67).

Sá (2005) segue destacando que ao construir a memória social, ela seja permeada por sua manutenção e atualização, mesmo através de suas manifestações mais individualizadas, e que isso vai depender estritamente da interação social ou da comunicação intergrupar, erudita e/ou de massa. Nesta mesma perspectiva, o estudo sustenta que a memória social contemporânea está intrinsecamente associada ao pensamento social e, praticamente são indistinguíveis, ou seja, o que é lembrado do passado está sempre mesclado com aquilo que se sabe sobre ele.

Outro estudo, realizado por Valência (2005) propõe ainda, como princípios que norteiam a memória social:

- a) dinâmico-processual – compreende as transformações que ocorrem no ato de recordar e comemorar, esquecer e lembrar;
- b) irracional e complexo – memória e tempo como construção social com objetivo estratégico. Memória e espaço – preservação de recordações do passado por meio de monumentos, artefatos, textos, museus, retrospectivas de televisão, calendários, etc.;

- c) dinâmicas grupais – memória coletiva na versão holística: conjunto de memórias parciais articuladas em um mosaico, ou seja, articulando diferentes significados. Significado particular do passado para certos grupos e significado universal para outros (VALÊNCIA, 2005).

Valência (2005, p.104) define a memória coletiva como “uma ação em processo por cujo meio transformamos constantemente as recordações que produzimos”. Neste sentido, recordação e comemoração são atividades que se inter-relacionam, pois “recordar é o ato de estabelecer uma relação com algum evento, tema ou entidade do passado e, comemoração reproduz o passado para fins atuais, fazendo consciente a narrativa original da comunidade”.

Jô Gondar, também defende que na memória social existem quatro proposições para conceituar a memória: a) é transdisciplinar; b) ética e política; c) é uma construção processual e, d) a memória não se reduz à representação. Conceber a memória como um processo não significa excluir dele as representações coletivas, mas incluir a invenção e a produção, o novo, isso cabe para os sujeitos individuais e os sujeitos coletivos – pois todos eles são considerados sujeitos sociais (GONDAR, 2008).

O ato de recordar evoca a atividade do pensar e, que, implica esquecer, pois a atividade de esquecer é uma condição para que o pensamento ocorra com fluidez, sendo o esquecimento uma atividade necessária,

[...] não apenas para a evocação da lembrança [...], mas para a própria constituição da memória. Pois uma é falha no exercício do lembrar-se – o esquecimento daquilo que já pôde configurar-se um dia como traço de memória; outra, mais fundamental, é a exclusão necessária à produção desses traços (GONDAR, 2000, p.36).

Conforme Gondar (2000), a segregação ou exclusão desses traços implica numa das conseqüências do modo de conceber as relações entre memória e esquecimento. Há, aí um exercício de preservar a imagem ou identidade de um eu, de um grupo, sociedade ou nação, para não se comprometer ou tentar se preservar perante a própria sociedade. Desenvolvemos esse esquecimento como

um processo espontâneo, um fenômeno natural, causado pelo próprio tempo, no qual as lembranças ficariam apagadas por completo. Deste modo:

Seria necessário então criar instituições capazes de preservar o patrimônio cultural, protegendo as lembranças/ documentos do fluxo natural da entropia. E, este modo, a naturalização do esquecimento conduziria à naturalização do documento, fazendo dele simples dado material a ser conservado. [...] haveria a suposição de que, por meio da evocação de uma lembrança ou do resgate de um documento, se ressuscitaria de maneira viva, neutra, inocente, a originalidade de um acontecimento (GONDAR, 2000, p. 38).

Assim, a nossa memória é um grande amontoado de imagens e lembranças do passado que repousam em nosso cérebro e basta somente um ínfimo despertar para que venha à tona nossa capacidade de imaginar e transmitir. E para transmitir é necessário identificar algo ou alguma coisa, ou seja, reconhecer, depois evocar, envolvendo qualquer tipo de representação mental e, por fim articular, que implica exteriorização da memória. Dessa forma a memória só pode ser social se ela for transmitida e, para ser transmitida, precisa ser primeiro articulado (FENTRESS; WICKHAM, 1992).

Seguindo essa reflexão a memória social proporciona um conjunto de ações que são articuladas e transmitidas através de processos estruturados e organizados, formando uma sociedade institucionalizada que armazena e dissemina para construção de sua Memória Institucional.

2.2 Memória institucional

Nas pesquisas realizadas para o presente estudo, a definição de memória institucional se confunde ou significa o mesmo que memória organizacional. Assim, para aproximar ou determinar a distinção entre os dois termos - institucional (instituição) e organizacional (organização)- será necessário conceituá-los etimologicamente. Uma instituição é uma obra coletiva, um fenômeno social e cultural, que se institui no âmbito das relações sociais. As relações são construídas historicamente, ao longo do tempo, e trazem consigo, em seu processo constituinte, mecanismos de controle social, estabelecendo regras e padrões de conduta que garantem o funcionamento da sociedade e o

exercício de suas funções reprodutoras, que tendem à estabilidade e obedece a certa regularidade (COSTA, 1997).

É importante não identificar organização com instituição, para que não se confunda o conceito de memória institucional com o de memória organizacional, pois o último tende a tratar a informação – memória privilegiando o aspecto da **eficiência** [grifo da autora]. De nosso ponto de vista, memória institucional abrange a memória organizacional, mas não se limita a ela. São as relações de forças que determinam o plano institucional que, por sua vez, define a organização. A questão da instituição é a **legitimidade** [grifo da autora] (COSTA, 1997, p. 6).

Andrade (2002, p. 50) aborda um conceito para institucional, baseado em estudos, como: “[...] atos de tipificar e repetir regras, padrões ou hábitos, com vistas a gerir e controlar funções e representações, salvaguardando-se, deste modo – e ao longo do tempo – múltiplos sentidos, valores e interesses materiais”. Institucionalizar seria um processo de como produzir uma série de procedimentos organizados que se repetem ao longo do tempo. Estes, ao se repetirem, se sedimentam aos olhos de comunidades existentes ou dos próprios indivíduos, constituindo regras que normalizam e sancionam os desvios ao instituído (ANDRADE, 2002).

O mesmo autor conduz à afirmação de que instituído - de instituir - vem do ato de legitimar, tornar legalmente válido. No mesmo artigo, Andrade (2002) diz que a instituição é um tipo de organização, dando exemplos que serão transformados para a realidade brasileira. Os tipos de organização seriam, então: a) as organizações não institucionalizadas – como, por exemplo, uma empresa do setor de telecomunicações como a South Tech Telecom; b) as organizações institucionalizadas – como a Empresa Gaúcha de Rodovias (EGR); e c) as instituições propriamente ditas como uma Universidade Pública.

Costa (1997) defende que as instituições existem desde quando o universo se formou. E se a instituição existe, a memória se molda, constituindo marcas ou traços que contêm informação e, esta informação:

Vistas através das lentes do tempo, as instituições refletem as formalizações das culturas, daquilo que as diferentes sociedades cultivam como maneiras de pensar: hábitos, usos, costumes, comportamentos, etc. – tudo aquilo que elas instituem. Todo esse percurso nas esferas da vida social tem deixado vestígios das mais variadas ordens. Visíveis ou invisíveis, os produtos da experiência do homem em sociedade também constituem legados/memórias (COSTA, 1997, p. 4).

Neste contexto, Nassar (2007) argumenta que a construção da memória institucional está vinculada à história e que uma narrativa, seja ela individual ou coletiva, social ou organizacional, foi ou é representativa para cada um, e o relevante é registrado. Afirma, também, que a memória institucional promove a preservação do capital emocional e intelectual do patrimônio técnico e informativo, tangível e intangível, do indivíduo e da instituição.

Nesta mesma perspectiva histórica de marcas do passado, a autora Barbosa conclui em seu estudo que a memória institucional consiste em uma (re) construção do passado, e que não é possível voltar ao que não se presencia mais, ao tempo decorrido, se não for pela memória. Como todo o processo de escolha e seleção, constituirá a memória da instituição aquilo que foi relevante para ela estará impregnada de sua cultura. A memória institucional é a narrativa entre as múltiplas narrativas possíveis dentro do contexto organizacional e sua construção necessita estar baseado naquilo que foi ou é considerado relevante para cada indivíduo, para o grupo ou para a própria instituição. (BARBOSA, 2010).

A memória institucional emergiu numa tentativa sistematizada e estruturada, quando começou a preocupação com a coleta, organização e disseminação da informação através da implantação de centros de memória em empresas e afins, com o objetivo de mostrar e valorizar a memória institucional. Como coloca Rueda, Freitas e Valls

Informações organizadas e seguras para o dia a dia ou para momentos importantes de tomada de decisão fazem parte da rotina de qualquer tipo de instituição e têm como resultado dados, procedimentos, produtos e conseqüentemente toda a documentação desses processos que fazem parte da Memória Institucional por estarem relacionados à sua trajetória (RUEDA; FREITAS; VALLS, (2011, p.86)

Entretanto, acontece que em algumas instituições – por falta de locais específicos para a preservação da memória institucional, por motivos financeiros, por falta de planejamento dos setores responsáveis e por ameaças a seus acervos – esses centros de memória acabam desativados ou colocados em locais inacessíveis ao público interno e externo. Esses acervos acabam ameaçados, muitas vezes, inclusive, pela própria tecnologia e por programas mal implantados, que se inspiram no *management* japonês e no norte-americano 5S², que prevê, entre outros objetivos, o descarte de coisas consideradas velhas (NASSAR, 2007).

Assim, não foi possível encontrar um conceito pronto, fechado e apropriado para memória institucional. Como afirma Icléa Costa, a memória institucional é um “conceito híbrido”: está em permanente construção, é em função do tempo,

[...] que nos remete a experiências híbridas, que incluem e excluem no social. Na perspectiva do tempo, o retorno reelaborado de tudo aquilo que contabiliza-se na história como conquistas, legados, acontecimentos, mas também, vicissitudes, servidões, escuridão. Construir uma Memória Institucional no tempo presente, já que o passado passou, e o futuro está em nossas mãos (COSTA, 1997, p. 155).

Já, segundo o ponto de vista de Nassar (2007), a memória institucional contemporânea pode ser conceituada como sendo sistêmica relacionada às atividades humanas, especialmente a partir das organizações empresariais, e ela só se constrói por meio do tratamento, preservação e disseminação da memória de uma organização. Resultando como abordagem o aspecto do acervo de conhecimento da empresa e de seus colaboradores através de práticas de preservação e acessibilidade das informações. O entendimento entre os indivíduos e a organização se concentra na produção da cultura organizacional. Os indivíduos executam tarefas e interagem em seu ambiente, originando rotinas que reúnem o esforço do trabalho. Eles também registram dados, informação e

² **5S** representa cinco palavras japonesas que começam com a letra S. *Seiri*, **senso de utilização**. *Seiketsu*, **senso de saúde**. *Seiton*, **senso de ordenação**. *Seisou*, **senso de limpeza**. *Shitsuke*, **senso de autodisciplina**.

conhecimento por meio de arquivos, registros e documentos, em papel ou meio eletrônico.

Estudar e pesquisar a memória institucional – através de seus dados, informações, documentações, processos, crenças, valores, indivíduos e toda sua trajetória secular, reunidos em um lugar de memória, como uma biblioteca, um lugar que conserva, registra e preserva para a memória da instituição e da sociedade – é como estar num lugar no qual o conhecimento é o poder da humanidade.

2.3 Bibliotecas: e os lugares da memória

Ao longo do tempo, as bibliotecas se transformaram em lugares de memória e de preservação do patrimônio intelectual e documental. Elas podem ser consideradas como espaço dinâmico e interativo, tendo como uma das atividades fundamentais armazenar, preservar, inventariar e, finalmente tornar acessível à herança da cultura escrita (CHARTIER).

Jacob argumenta que a biblioteca não pode ser vista apenas por sua estrutura construída, com sua organização ou os princípios que ordenam suas coleções, mas

[...] toda biblioteca dissimula uma concepção implícita da cultura, do saber e da memória, bem como da função que lhes cabe na sociedade de seu tempo. [...]. Pois a história das bibliotecas no Ocidente é indissociável da história da cultura e do pensamento, não só como lugar de memória no qual se depositam os estratos das inscrições deixadas pelas gerações passadas, mas também como espaço dialético no qual, a cada etapa dessa história, se negociam os limites e as funções da tradição, as fronteiras do dizível, do legível e do pensável, a continuidade das genealogias e das escolas, a natureza cumulativa dos campos de saber ou suas fraturas internas e suas reconstruções (JACOB, 2000, p. 10-11).

Neste contexto, o vínculo com a época passada faz com que as pessoas possam ter a consciência de que conseguiram suportar e compreender as transformações. Nasce um sentimento de pertencimento que re-constrói o lugar de memória, seja ele institucional ou organizacional. Pierre Nora, autor do artigo

“Entre Memória e História: a problemática dos lugares”, identifica o modo como o passado cede lugar para a ideia do eterno presente. Os lugares de memória têm, em sua essência, o anseio de retorno a ritos que definem os grupos, a vontade de busca do grupo que se reconhece e se diferencia, gerando o movimento de (re) construção. Nora afirma:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, de que é preciso criar arquivos, museus, bibliotecas, coleções, santuários, monumentos, de que é preciso manter aniversários, organizar celebrações públicas e pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais e são estes lugares que secretam, vestem, estabelecem, constroem, decretam, mantêm, pelo artifício e pela vontade, uma coletividade fundamentalmente envolvida em sua transformação e sua renovação (NORA, 1993, p. 13).

Assim, nas bibliotecas é organizada, armazenada e criada uma série de mecanismos ligados à preservação e à difusão da informação e do conhecimento gerado. Estabelecem-se códigos e signos para disseminar essas atividades e transformar os lugares em lugares de memória, que vão se configurar em ambientes físicos ou virtuais, servindo para apoiar a salvaguarda da materialidade simbólica como uma representação coletiva.

Nora (1993) afirma que como lugar de memória é necessário que as bibliotecas tenham um significado no sentido material, simbólico e funcional, atuando em conjunto sob óticas diferentes. Para o autor,

Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos [bibliotecas], só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o exemplo extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal e deve, periodicamente, permanecer concentrada da lembrança (NORA, 1993, p. 21-22).

Outro aspecto em que ocorre este estabelecimento como lugares de memória diz respeito às memórias dos grupos, do coletivo, que vão construindo o elo formador da instituição. Parafraseando Pierre Nora, a memória está sempre carregada por uma coletividade de indivíduos que se interagem com vivências

diversas e, nesse sentido, ela está em permanente construção, entre a dialética da lembrança e do esquecimento, do inconsciente carregado de deformações sucessivas, vulnerável a uma infinidade de usos e manipulações, passível de longas latências e de repentinas reconstruções e reviver novas experiências (NORA, 1993).

Seguindo este raciocínio Pierre Nora (1993), afirma que a memória deixou de existir do passado e passa a ser revivida e ritualizada numa tentativa de identificação por parte dos indivíduos e, os lugares passam conviver com as lembranças e não dos esquecimentos.

Na perspectiva de Jacob, toda a biblioteca, é num primeiro momento:

Lugar da memória nacional, espaço da conservação do patrimônio intelectual, literário e artístico, uma biblioteca é também o teatro de uma alquimia complexa em que, sob o efeito da leitura, da escrita e de sua interação, se liberam as forças, os movimentos do pensamento. É um lugar de diálogo com o passado, de criação e inovação, e a conservação só tem sentido como fermento dos saberes e motor do conhecimento, a serviço da coletividade inteira (JACOB, 2000, p. 9).

Portanto, como lugares de memória ou simples espaços físicos edificadas, as bibliotecas, através de sua história, despertam deslumbramento e, muitas vezes, magia e sedução. São lugares que, também, trazem repulsas e devaneios. Podem ser, ainda,

[...] lugares mistos, híbridos e mutantes, intimamente enlaçados de vida e de morte, de tempo e de eternidade; numa espiritual do coletivo e do individual, do prosaico e do sagrado, do imóvel e do móvel. Anéis de Moebius enrolados sobre si mesmos. Porque, se é verdade que a razão fundamental de ser de um lugar de memória é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial para prender o máximo de sentido num mínimo de sinais, é claro, e é isso que os torna apaixonantes: que os lugares de memória só vivem de sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações (NORA, 1993, p. 22).

Para Silveira (2010), como lugar de memória com a função de preservar, a atividade de organizar e disseminar os elementos culturais e os insumos de conhecimentos está especialmente ligado às bibliotecas públicas, ou seja,

[...] enquanto lugares de memória, as bibliotecas tendem a reafirmar os saberes e a torná-los móveis, traduzíveis, permutáveis, enfim, tentam dar sentido ao saber e a fazer com que o mesmo se torne um instrumento de reafirmação da 'identidade' individual ou coletiva humana. São instituições que nos permitem, por intermédio de seus acervos, acessar as experiências comuns a toda a humanidade, bem como as razões e os intentos de cada um de seus usuários em particular (SILVEIRA, 2010, p. 79).

Assim, percebe-se que as bibliotecas universitárias possuem uma relação importante na preservação da memória institucional, pois armazenam todo o conhecimento acadêmico de uma instituição cujo papel social está diretamente ligado à missão de preservar, organizar, disseminar os elementos culturais e os saberes concebidos pela ação racional dos homens (SILVEIRA, 2010).

E, como lugar de memória, a biblioteca universitária não emerge sozinha, mas se apropria do conhecimento gerado pela comunidade acadêmica. A educação superior e a produção de conhecimento filosófico, científico, artístico e tecnológico, que se completa com o ensino, a pesquisa e extensão, contribuem para a construção de um repositório de experiência acumulada.

Dentro deste contexto, a biblioteca universitária, através da ação dos bibliotecários, mediadores da informação e do conhecimento, juntamente com sua equipe de trabalho, auxiliará os usuários, apoiando-os no que tange a preservar e difundir a memória institucional a partir de estratégias da gestão documental. Neste processo de construção, a biblioteca universitária atua no desenvolvimento das atividades de seleção, armazenamento, organização, disseminação e circulação dos conhecimentos gerados por várias gerações.

Logo, o papel da biblioteca é a adoção de ações que contemplem a responsabilidade socioambiental no atendimento a seus usuários e nos serviços oferecidos, dentro dos padrões de excelência, o que requer novos planos, programas e projetos, que estejam diretamente vinculados com as competências acumuladas, inserção e integração com o ambiente natural e social como um todo (ARRUDA, 2009). Assim, o processo de gestão ambiental inicia-se quando é possível à organização implementar um planejamento, promovendo ações com

adaptações ou modificações no ambiente natural, de forma a ajustá-lo às necessidades individuais ou coletivas de uma determinada comunidade.

Para as bibliotecas universitárias a gestão ambiental torna-se um processo de desenvolvimento sustentável quando incorpora todas as atividades técnicas relacionadas ao acervo e aos serviços aos usuários, bem como todas as ações que dizem respeito à gestão, edifícios, infraestrutura e qualidade de vida no trabalho.

3 GESTÃO AMBIENTAL: uma prática que se insere no ambiente das bibliotecas

A crescente industrialização, a explosão demográfica nas áreas urbanas, a produção e o consumo desmedido, aliados a outros fatores, geraram o desenvolvimento econômico. Uma de suas consequências, porém, é a escassez de recursos e os desastres ambientais que vêm ocorrendo ao longo do tempo. A preocupação com os efeitos ou impactos ambientais decorrentes da ação do homem no ambiente natural passou a merecer maior atenção a partir da década de 60, motivada pela queda da qualidade de vida de algumas regiões do planeta (SGARBI; SCHOSSER; CAMPANI, 2013).

O interesse das empresas na temática ambiental tem sido recorrente nos discursos organizacionais e acadêmicos em níveis globais. A preocupação no sentido de solucionar os problemas ambientais, ou minimizá-los, tem ocupado o foco principal, exigindo dos empresários e administradores novas atitudes em suas decisões e a capacidade de perceber administrativamente e tecnologicamente que o meio ambiente deve ser priorizado em suas ações estratégicas para o fortalecimento do planeta (BARBIERI, 2011).

Assim, a gestão ambiental surgiu a partir de iniciativas e atividades administrativas e operacionais realizadas por organizações empresariais e instituições públicas e privadas com o objetivo de abordar qualquer problema ambiental decorrente da sua atuação ou evitar que estes ocorram no futuro (BARBIERI, 2011). Além disso, a gestão ambiental torna-se uma tarefa desafiadora para a questão do desenvolvimento sustentável, demandando ações, objetivos e metas permanentes para proteger o ambiente e enfrentar as evidentes ameaças ao nosso planeta.

A mudança dos processos de promoção da melhoria das condições ambientais e de vida da população, de uma nação indica uma gestão focada no desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, a gestão ambiental nas organizações promove a transformação das estruturas produtivas para torná-las mais eficientes e mais apropriadas à geração de renda e bem-estar para as populações. (BARBIERI, 2011). Neste sentido, “A gestão enquanto ação

socioambiental sustentável é uma prática exigida das organizações, requerendo nova atitude dos seus atores, que necessitam adequarem-se a uma série de instrumentos, [...]” (SHOSSLER; MORIGI, 2011, p. 20).

Com o desenvolvimento sustentável, a preservação dos acervos e a criação de ambientes saudáveis para trabalhadores e usuários das bibliotecas universitárias, o conceito de gestão ambiental vem transformando a tomada de decisão no que diz respeito a seus espaços físicos, conduzindo à abertura de um diálogo com especialistas de todas as áreas do conhecimento, como engenharia, arquitetura, administração e ergonomia (SANTOS 2001).

Para a constituição de ambientes saudáveis as transformações requerem um planejamento com projetos de arquitetura, tratando o edifício da biblioteca que está

[...] investido de valores que são simbolicamente construídos por duas dimensões que lhe dão um sentido amplo. A primeira é de contribuir para o desenvolvimento do indivíduo – valor de base- - e a segunda é a de proteção aos bens culturais que estão sob sua guarda, facilitando, pela frequência espacial, a acessibilidade ao conhecimento – valor de uso (BARBALHO, 2012, p. 12).

Ao planejar estudos sobre os espaços físicos das bibliotecas, percebe-se a necessidade de dividi-la em espaços funcionais, conforme descreve Barbalho (2012), para que o usuário, ao entrar neste ambiente, se depare com uma organização interna, sabendo o seu trajeto. Conforme Barbalho (2012) são quatro as “zonas funcionais”, com seus requisitos:

- a) zona de acolhimento – funcional, sinalizada, bom conforto ambiental e iluminação de boa qualidade;
- b) zona de prestação de serviços – acolhedora, confortável e agradável;
- c) zona de estoque – aclimação adequada ao suporte;
- d) zona de serviços internos – controle de temperatura e controle do nível de ruídos.

A disposição do espaço interno requer a interação de todos os funcionários para a tomada de decisão, necessitando de um sistema de gestão ambiental que vai levar em conta o meio ambiente construído e o desenvolvimento sustentável.

A biblioteca universitária, em sentido amplo, é formadora de opinião junto a seus usuários. Transformar a informação em conhecimento é um dos requisitos fundamentais que contribuirão para o desenvolvimento de diversas atividades, produtos e serviços contextualizados no âmbito acadêmico. Desta forma, ao se implantar uma Política de Gestão Ambiental em sua dinâmica de planejamento, as bibliotecas universitárias contribuem com ações e metas para a preservação do meio ambiente.

3.1 Meio ambiente: um tempo de história e memória

Meio ambiente é tudo o que envolve os seres vivos e as coisas, ou o que está ao seu redor, ou seja, dentro ou em torno do planeta Terra, com todos os seus elementos, tantos os naturais quanto os artificiais, alterados, destruídos ou (re) construídos pelos seres humanos. (BARBIERI, 2011).

A preocupação com a preservação do meio ambiente começou na segunda metade do século XX, com a escalada do crescimento econômico mundial levando a desequilíbrios provocados pelo homem na natureza. Os governantes e segmentos da sociedade civil empreenderam movimentos sociais para salvaguardar o planeta de sua destruição.

Esses movimentos vieram a deflagrar encontros, conferências, tratados e acordos assinados pelos países do mundo. Também começaram a se formar, através da participação mais efetiva da comunidade, as organizações não governamentais ambientalistas. Neste contexto, o meio ambiente não mais é entendido “como depósito dos restos da civilização industrial, mas como parte integrante e necessária de qualquer progresso que a humanidade queira realizar”(DIAS, 2011, p. 15).

A repercussão, nos meios sociais, da publicação do livro de Rachel Carson, em 1962, “A Primavera Silenciosa”, desencadeou um debate nacional e um alerta sobre os efeitos nocivos do Diclorodifeniltricloroetano (DDT) à saúde,

que podem atingir mais de uma geração, uma vez que resíduos dessa substância tóxica, um inseticida de uso agrícola, são encontrados, inclusive, no leite humano (CARSON, 2010). O livro obteve sucesso em despertar a consciência pública ambiental, modificando a situação daquele momento. O Congresso dos Estados Unidos, então, aprovou uma Lei de Política Nacional Ambiental, criando a Agência de Proteção Ambiental.

Conforme Linda Lear, na Introdução do livro de Rachel Carson (2010, p. 18), “[...] a redução no uso de pesticidas tem sido um dos maiores fracassos das políticas da era ambientalista. A contaminação global é um fato da vida moderna”.

Em função da crescente preocupação com o problema ambiental, que conduziria ao crescimento populacional e à escassez de recursos naturais, em 1972, na cidade de Estocolmo, capital da Suécia, a Organização das Nações Unidas (ONU), através de seus representantes, realiza a primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (DIAS, 2011). Um dos resultados desta conferência foi a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), pensando no meio ambiente global.

A Conferência de Estocolmo tornou-se um fórum de debates entre diferentes posições dos países do Norte e Sul. A Conferência iniciou-se em cinco de junho de 1972, e desde então nesse dia é comemorado o Dia Mundial do Meio Ambiente (DIAS, 2011).

Em 1983, a Assembléia Geral da ONU, criou a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD), presidida pela então primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland. A mesma “tinha como objetivo examinar as relações entre o meio ambiente e o desenvolvimento e apresentar propostas viáveis” e [...] “apresentar um trabalho que consistiria numa ‘agenda global para mudança” (CMMAD, 1991, item XI).

Segundo Dias (2011), o relatório Brundtland, da Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, denominado “Relatório Nosso Futuro Comum”, divulgado em 1987, pode ser considerado um dos mais importantes

informes sobre questão ambiental e o desenvolvimento. O relatório definiu o conceito de desenvolvimento sustentável como:

O conceito de desenvolvimento sustentável tem [...] limites – não limites absolutos, mas limites impostos pelo estágio atual da tecnologia e da organização social, no tocante aos recursos ambientais, e pela capacidade da biosfera de absorver os efeitos da atividade humana. [...] O desenvolvimento sustentável não é um estado permanente de harmonia, mas um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, a orientação dos investimentos, os rumos do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão de acordo com as necessidades atuais e futuras (NOSSO FUTURO..., 1991)

Em 1992, é realizada no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), que ficou conhecida como Rio 92, Eco 92 ou Cúpula da Terra e aconteceram 20 anos após a primeira conferência do tipo, em Estocolmo, Suécia. Nesta reunião os países reconheceram o conceito de desenvolvimento sustentável e começaram a traçar ações com o objetivo de proteger o meio ambiente. Na ocasião, acordaram e assinaram cinco documentos com propostas garantindo a qualidade de vida tanto para a geração atual quanto para as futuras, no planeta. Dentre esses documentos, destaca-se a Agenda 21 (DIAS, 2011). A Agenda 21 é uma proposta com princípios, programas, estratégias e propostas de ações.

Segundo o Ministério do Meio Ambiente (MMA), a Agenda 21 é um programa de ações baseado num documento elaborado em 40 capítulos, e pode ser definida como uma ferramenta de planejamento para a construção de uma sociedade sustentável, em diferentes bases geográficas. A mesma agrega os métodos de proteção ambiental, justiça social e equilíbrio da economia. Logo no início do capítulo 1- Preâmbulo, a Agenda 21 diz o seguinte:

A Agenda 21 está voltada para os problemas prementes de hoje e tem o objetivo, ainda, de preparar o mundo para os desafios do próximo século [...]. O cumprimento dos objetivos da Agenda 21 acerca de desenvolvimento e meio ambiente exigirá um fluxo substancial de recursos financeiros novos e adicionais para os países em desenvolvimento, destinados a cobrir os custos incrementais

necessários às ações que esses países deverão empreender para fazer frente aos problemas ambientais mundiais e acelerar o desenvolvimento sustentável (AGENDA 21, 1995, p. 11).

Outro evento com o objetivo principal de examinar as soluções propostas na Agenda 21 aconteceu em 2002, na cidade de Johannesburgo, África do Sul. A Rio +10 ou Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável foi um fórum de discussão que se destacou ao examinar se foram alcançadas as metas e objetivos estabelecidos pela Conferência do Rio-92 e conseguiu que os Estados reiterassem seu compromisso com os princípios do Desenvolvimento Sustentável(DIAS, 2011).

No Brasil, no início da década de 1980, passou-se a adotar os princípios sustentáveis incorporados à jurisdição brasileira, encontrando-se alguns deles amparados na legislação e/ou regulamentação específica, como, por exemplo: a publicação da Lei nº 6.938, em agosto de 1981, que institui a Política Nacional do Meio Ambiente.

Esta lei tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana (BRASIL, 1981), e fornece, através do art. 3º, a definição de meio ambiente como o “conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas” (BRASIL, 1981).

Outra legislação para a conservação ambiental encontra-se na Lei nº 9.605, publicada em fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente (BRASIL, 1998).

A Constituição Federal de 1988 reserva um artigo específico que trata do meio ambiente e ressalva a importância do assunto para a sociedade brasileira. O artigo 225 diz que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se

ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo às presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988).

Neste contexto, cabe ressaltar que as iniciativas e acordos foram e continuam sendo desenvolvidos para estabelecer caminhos no sentido de manter o equilíbrio entre a natureza e o ser humano. O meio ambiente é o receptor imediato das ações do homem e reage diretamente na mesma proporção em que é agredido. Encontrar soluções para enfrentar os problemas ambientais é um desafio, e o planejamento, a organização e a tomada de decisão são parte do início do processo de um sistema de gestão ambiental (PHILIPPI JR.; ROMÉRO; BRUNA, 2014).

3.2 Sistema de Gestão Ambiental: em uma instituição universitária

As empresas constituem um dos principais agentes responsáveis pela obtenção de um desenvolvimento sustentável. A adoção de práticas internas ambientalmente corretas envolve toda a estrutura organizacional, que vai construindo sua memória institucional através de regras e padrões distribuídos em diferentes registros e lógicas específicas de funcionamento. Daí surgirá um Sistema de Gestão Ambiental integrado, que envolva a mudança da cultura organizacional, introduzindo o ambiente entre as preocupações da população interna (DIAS, 2011).

Nessas práticas internas ambientalmente corretas são postuladas normas legais obrigatórias, que não devem ser violadas, com risco de afetar os investimentos da empresa, além de afetar sua capacidade externa de mercado (DIAS, 2011). Neste sentido, criam-se “métodos corretivos” de caráter reativo, através de uma política ambiental para a solução dos problemas ambientais, buscando eliminar ou reduzir os impactos gerados. De outro lado, a política ambiental de caráter proativo “implica o planejamento prévio em cima dos possíveis efeitos ambientais e uma atuação antecipada para evitar esses

impactos, reestruturando os produtos e processos envolvidos” (DIAS, 2011, p. 103).

A política ambiental é uma manifestação escrita da instituição, expondo seus princípios norteadores em relação ao desempenho ambiental, fornecendo uma estrutura para ação e seus objetivos para com as metas ambientais previsíveis. (ABNT, NBR ISO 14001, 2004). Ao definir a política ambiental, a Administração Geral de uma organização prevê assegurar que seu propósito seja atingido dentro do SGA e “estabelece o nível de responsabilidade e desempenho ambiental requerido pela organização pelos quais as ações subsequentes serão julgadas” (BARBIERI, 2011, p. 160).

Conforme Dias (2011), cada cultura ambiental organizacional requer esforços tecnológicos e financeiros que são aplicados no sistema de gestão ambiental, ligados ao desenvolvimento e implementação de técnicas corretivas que visam alcançar o desenvolvimento sustentável. Para cada uma dessas medidas corretivas é necessária a substituição por políticas preventivas, que atuam sobre a origem do problema.

Assim, Dias define o Sistema de Gestão Ambiental como o

Conjunto de responsabilidades organizacionais, procedimentos, processos e meios que se adotam para a implantação de uma política ambiental em determinada empresa ou unidade produtiva. Um SGA é a sistematização da gestão ambiental por uma organização determinada. É o método empregado para levar a organização a atingir e manter-se em funcionamento de acordo com as normas estabelecidas, bem como alcançar os objetivos definidos em sua política ambiental (DIAS, 2011, p. 104).

A adoção de um Sistema de Gestão Ambiental em uma organização deve vir acompanhada de uma mudança cultural, sendo que as pessoas devem estar envolvidas com todo o processo e com uma nova perspectiva. Dentro deste contexto, a cultura ambiental constitui um aspecto cultural de uma empresa, ou seja, está contida dentro da cultura organizacional (DIAS, 2011).

A cultura ambiental, nas bibliotecas universitárias, surge na medida em que a instituição propõe uma Educação Ambiental com o objetivo de conscientizar a comunidade em geral sobre os problemas ambientais que afetam a todos. Neste

sentido, a biblioteca, como agente transformador da sociedade social, insere a Educação Ambiental como atividade que irá sensibilizar e motivar a mudança de comportamento nas práticas de conscientização e valorização da preservação do meio ambiente.

Assim, as bibliotecas universitárias, ao adotarem as questões ambientais em seus processos, produtos e serviços, estarão implantando a excelência da qualidade em todas as atividades que envolvam o atendimento aos seus usuários. Considerando as bibliotecas como organismos multifacetados, novos projetos estão diretamente relacionados não apenas com as competências acumuladas, mas também com a capacidade de inovação para participar do ambiente social como um todo (ARRUDA, 2009).

As bibliotecas universitárias buscam o princípio de ser referência em inovação, recuperação, preservação e disseminação da informação. É com essa perspectiva que participam do desenvolvimento de seus usuários internos e externos de forma sustentável e participativa, integrando a sustentabilidade ambiental, espacial, social e cultural, coletiva ou individual, visando o alcance e a manutenção da qualidade de vida, e tendo como meta a cooperação e a solidariedade entre a comunidade em geral, em diferentes gerações (WEBER, 2011).

Assumir estrategicamente o desenvolvimento sustentável em uma biblioteca universitária requer uma decisão que deve permear todo o ambiente da biblioteca, e que vai desde a valorização das pessoas até os processos operacionais que sofrerão alterações no decorrer de sua implantação e avaliação, para a melhoria contínua do ambiente (MINTZBERG; AHLSTRAND; LAMPEL, 2004).

Neste contexto, percebe-se que as bibliotecas universitárias, como lugar de memória, possuem uma relação importante na preservação da memória institucional e sua gestão no desenvolvimento sustentável, pois, além de armazenarem o conhecimento acadêmico de uma instituição, cuja função primordial é de preservar, organizar e disseminar seu conhecimento, preocupam-se em administrar de forma consciente às mudanças ambientais e culturais,

desenvolvendo projetos, programas e ações ligados a educação ambiental à comunidade acadêmica.

Neste sentido, serão analisados no próximo capítulo os instrumentos institucionais de gestão da memória institucional da UFRGS com destaque para as questões ambientais no período compreendido entre 2011 e 2015, e que devem estar em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFRGS desse mesmo período.

4 INSTRUMENTOS INSTITUCIONAIS DE GESTÃO DA MEMÓRIA DA UFRGS: ênfase no meio ambiente

Os instrumentos institucionais de Gestão da Memória da UFRGS são de cunho documental, realizados em documentos que ainda não receberam um tratamento analítico, ou estão conservados no interior de órgãos públicos e privados de qualquer natureza, ou seja, a fonte documental é interna à organização.

Os documentos que serão descritos são os dois Planos de Gestão do Reitorado – período 2008-2012 e período de 2012 a 2016 –, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFRGS – período de 2011-2015 – e o Sistema de Gestão Ambiental da UFRGS, desde sua implantação.

O objetivo deste capítulo é descrever e analisar os documentos institucionais que compõem o processo de planejamento institucional, destacando as ações sobre o meio ambiente no período compreendido de 2011 a 2015. Este tempo cronológico escolhido está em consonância com o mesmo período do PDI da UFRGS.

4.1 Planos de Gestão da UFRGS: período de 2008 a 2016

A história da UFRGS e da educação superior no Rio Grande do Sul começa com a fundação da Escola de Farmácia e Química, em 1895. Em 1896 era criada a Escola de Engenharia. Ainda no século XIX foram fundadas a Faculdade de Medicina de Porto Alegre e a Faculdade de Direito, o que, em 1900, marcou o início dos cursos humanísticos no Estado. Mas somente em 28 de novembro de 1934 foi criada a Universidade de Porto Alegre, integrada inicialmente pelas Escola de Engenharia, com os Institutos de Astronomia, Eletrotécnica e Química Industrial; Faculdade de Medicina, com as Escolas de Odontologia e Farmácia; Faculdade de Direito, com sua Escola de Comércio;

Faculdade de Agronomia e Veterinária; Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras; e pelo Instituto de Belas Artes.

As unidades isoladas – como a Escola de Engenharia, Faculdade de Medicina e Faculdade de Direito – constituíam os pilares básicos da Universidade de Porto Alegre que, sob a influência do positivismo, imprimiram uma identidade diferenciada ao ensino superior gaúcho, voltado à pesquisa científica e técnica.

A Universidade de Porto Alegre foi criada pelo Decreto Estadual 5.758 de 28 de novembro de 1934, assinado pelo Interventor Federal no Estado do Rio Grande do Sul, que visava “dar uma organização uniforme e racional ao ensino superior no Estado, elevar o nível da cultura geral, estimular a investigação científica e concorrer eficientemente para aperfeiçoar a educação do indivíduo e da sociedade” (UFRGS/Histórico, 2014).

Em 1947, a Universidade de Porto Alegre passa a se chamar Universidade do Rio Grande do Sul, a fim de poderem nela ser integrados institutos do interior do Estado. No ano de 1949, por iniciativa do reitor Alexandre da Rosa, foi encaminhado documento ao presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, no qual se informa sobre a necessidade de federalização da Universidade. A resposta veio em sessão do Conselho Universitário, de 1º de setembro de 1950, colocando a aprovação, pelo Senado, da integração da Universidade do Rio Grande do Sul, com todos os seus cursos, faculdades e escolas, no Sistema Federal do Ensino Superior.

Em 1963, diante das transformações sociais e demográficas no Brasil, discute-se a necessidade de uma Reforma Universitária, pois se percebe que a instituição não pode estar isolada e que sua principal função é educar para uma participação ativa da sociedade democrática em rápida transformação, sob o impacto da ciência e da tecnologia.

A partir da Reforma Universitária, em 1970, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul se estrutura através de institutos e faculdades, com seus departamentos e unidades. Neste ano também passaram a existir novos órgãos

superiores, como o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Todo o conjunto de bibliotecas foi reorganizado, através da criação de um sistema integrado.

Entre os anos de 1974 a 1985 a UFRGS desenvolve um processo de expansão de seus prédios, criação do Museu Universitário e construção de novo campus. O Campus do Vale foi oficialmente inaugurado em 1977, com o curso de Letras, a ser transferido para o local. Em 1986, o Campus Central da UFRGS transformou-se num Centro Cultural localizado nos prédios históricos da instituição, com o desenvolvimento de uma intensa e variada programação nesta área que se mantém até os dias de hoje.

Em 1996 acontece a comemoração dos 100 anos da Faculdade de Farmácia e Escola de Engenharia. No ano de 1997 a UFRGS cria o Jornal da Universidade, visando dar maior visibilidade às ações desenvolvidas na instituição e com uma linha editorial autônoma.

Dando continuidade à expansão universitária, em 2000 a Secretaria do Patrimônio Histórico é criada, tendo como atribuições planejar e executar a recuperação, revitalização e restauração do conjunto arquitetônico formado pelos doze prédios históricos que fazem parte do Projeto de Recuperação dos Prédios Históricos da UFRGS. Também neste ano é instituída a Secretaria de Educação à Distância, visando o desenvolvimento e incremento na utilização de novas tecnologias e a implantação da Biblioteca Virtual da UFRGS, com o objetivo de ampliar e atualizar as fontes de informação científica do Sistema de Bibliotecas.

Como resultado do Projeto de Recuperação dos Prédios Históricos, a reitora Wrana Panizzi, em 2002, entrega à comunidade gaúcha os primeiros três prédios históricos restaurados: o Observatório Astronômico, a Rádio da Universidade e o Curtumes e Tanantes, que passou a abrigar o Museu Universitário.

Em 2008, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) elabora e implementa o Plano de Gestão do Reitorado (PGR), aprovado pela Decisão nº 163/2009 – pelo Conselho Universitário (CONSUN). A Universidade, por ser uma instituição pública, gratuita, academicamente qualificada, plural e comprometida com o Brasil contemporâneo, deve continuar buscando, em todas as ações, maior

qualificação acadêmica e autonomia. Assim, através de sua administração, orienta suas ações em direção a duas questões, que são: a) atender às demandas decorrentes da responsabilidade social, compromisso inerente à natureza de toda instituição pública de ensino superior; e b) responder aos anseios da comunidade universitária em seus interesses comuns e também em sua diversidade (UFRGS/PGR, 2008-2012).

O Plano de Ação para o período 2008-2012 foi consolidado e executado por meio da atuação de diferentes órgãos da Administração Central. As diretrizes são apresentadas, conforme seus eixos temáticos, com metas previstas para o período. A linha de ação sobre o “Planejamento, gestão e infraestrutura institucional” destaca a “Otimização do Planejamento e da Gestão”, com doze ações, entre as quais apontamos somente aquela diretamente vinculada à ação ambiental: **Ação proposta: implantação de um sistema de gestão ambiental utilizando a aplicação da Política Ambiental da UFRGS** [grifo da autora].

Já o Plano de Gestão (PGR) para o período 2012-2016, aprovado pela Decisão nº 237/2013 – Conselho Universitário (CONSUN) envolve um trabalho coletivo, partindo de um diagnóstico da situação presente e do conceito da Universidade, articulado na forma de sete grandes eixos temáticos, sob o título geral A UFRGS QUE FAZEMOS JUNTOS. A implementação desses grandes eixos temáticos se dará por meio de ações que se desdobram em projetos:

- a) Eixo temático 1 - excelência acadêmica e inovação;
- b) Eixo temático 2 - ampliação das interações com a sociedade;
- c) Eixo temático 3 - universidade de classe mundial;
- d) Eixo temático 4 - qualificação da gestão acadêmica e institucional;
- e) Eixo temático 5 - desenvolvimento da comunidade universitária;
- f) **Eixo temático 6 - qualificação da infraestrutura e habilidade dos campi** [grifo da autora];
- g) Eixo temático 7. - implantação do Campus Litoral Norte (UFRGS/PGR, 2012-2016, p. 2).

O eixo temático nº 6 – **Qualificação da Infraestrutura e Habilidade dos Campis** – é o que destacamos neste trabalho, pois tem como objetivo

implementar o programa de qualidade em infraestrutura, visando à otimização das condições de habilitação e melhoria da manutenção dos prédios e das estruturas ligadas ao ensino, à pesquisa e à extensão, bem como a dinamização do ritmo das construções das obras de interesse comum.

Essa temática propõe a ação nº 6.4, o “**Meio ambiente e sustentabilidade**”, com três projetos, cada qual com seus objetivos e metas propostas. O Projeto Licenciamento ambiental da UFRGS tem como objetivo buscar o licenciamento ambiental dos campi da Universidade e, como meta, buscar o licenciamento dos Campi Centro, Saúde, Olímpico e Vale. O Projeto Ações de Proteção Ambiental objetiva estudar a criação de um serviço integrado de proteção ambiental, estabelecendo como metas: definir atribuições e criar serviço de proteção ambiental; promover a cultura de segurança ambiental; e ampliar as ações de educação ambiental. O último, Projeto Apoiar a Implantação de Conceitos de Sustentabilidade, tem o objetivo de direcionar esforços para ações com sustentabilidade na gestão e, como meta, desenvolver conceitos de sustentabilidade na gestão. Para melhor entendimento, o quadro 1 sintetiza esta ação.

Quadro 1 –Meio Ambiente e Sustentabilidade

Projeto	Objetivo	Metas
Licenciamento ambiental da UFRGS	Buscar o licenciamento ambiental dos campi da Universidade.	Buscar o licenciamento dos Campi Centro, Saúde, Olímpico e Vale; Buscar o licenciamento do Campus Litoral Norte.
Ações de proteção ambiental.	Estudar a criação de um serviço integrado de proteção ambiental	Definir atribuições e criar serviço de proteção ambiental; Promover a cultura de segurança ambiental; Ampliar as ações de educação ambiental.
Apoiar a implantação de conceitos de sustentabilidade na gestão.	Direcionar esforços para ações com sustentabilidade na gestão	Desenvolver conceitos de sustentabilidade na gestão; Realizar compras sustentáveis; Executar obras com sustentabilidade; Realizar a gestão de resíduos com sustentabilidade.

Fonte: elaborado pela autora (2015).

Após análise dos Planos de Gestão da UFRGS: (PGRs) período de 2008 a 2016, não foi encontrada mais nenhuma ação que contemplasse o meio ambiente e sustentabilidade, o que será explorado no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFRGS, no período de 2011 a 2015, constante na subseção 4.2.

4.2 Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFRGS: período de 2011 a 2015

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é um documento de gestão, administrativo e acadêmico, instituído pelo Ministério da Educação (MEC) para instituições de Ensino Superior (IES) pública e privada. O PDI visa identificar a IES no que diz respeito à missão a que se propõe a sua filosofia de trabalho, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve ou pretende desenvolver.

Na UFRGS, a relevância quanto à elaboração do Plano Desenvolvimento Institucional (PDI) para o período de 2011-2015 não advém apenas de atender uma determinação legal, expressa no Decreto nº 5.773 de 9 de maio 2006, mas da necessidade institucional no que diz respeito a planejar e conquistar o lugar que lhe cabe não somente por concurso da fortuna, da aposta em um crescimento natural, fruto da confluência de coincidências que se esperam favoráveis a uma Universidade que tem uma trajetória de sucesso e de construção da excelência, mas também da busca qualificada de um ideal a ser perseguido. “[...] Nasce, assim, uma nova etapa do desenvolvimento da Universidade, que pretende, sendo fiel ao legado histórico da UFRGS, construir coletivamente um projeto concreto de excelência acadêmica” (UFRGS/PDI, p. 4-5).

Há, também, a intenção de aprimorar o processo de planejamento formalmente instituído a partir de 2008, conhecido como Plano de Gestão. A proposição legal do PDI não constitui um documento exclusivamente de controle burocrático, e sim um misto de planejamento em nível estratégico com grandes linhas de ação e objetivos de nível tático, indicando os meios de alcançar esses

objetivos, sendo fiel ao legado histórico da UFRGS, que fundamenta sua cultura, identidade e excelência acadêmica.

Para um melhor entendimento, o quadro 2 demonstra o Planejamento Institucional na UFRGS, estruturado em consonância com a unidade Escola de Engenharia, compondo 3 níveis de atuação, no período vigente de 2011 a 2016. Em nível de Unidade Acadêmica, o PDI é elaborado pela Direção da Unidade, e o Planejamento Anual da Unidade é elaborado pelas equipes de trabalho, compostas pelos servidores técnico-administrativos efetivos e suas chefias.

Quadro 2 – Estrutura do Planejamento Institucional na UFRGS.

Nível de atuação	UFRGS	Unidade	Período vigente
Planejamento Estratégico	Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) UFRGS		2011 - 2015
Planejamento Tático	*Plano de Gestão do Reitorado - (PGR) UFRGS	**Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) Engenharia	* 2012 – 2016 ** 2013-2015
Planejamento Operacional		Planejamento Anual da Unidade	2015

Fonte: Escola de Engenharia (2015)

O PDI é um documento norteador das ações da Universidade. Da análise do seu conteúdo pode-se depreender a existência de quatro pilares direcionadores, que têm impacto na vida da instituição. A partir de sua elaboração, constitui-se em um compromisso da Universidade com o seu corpo social, com a comunidade científica e tecnológica, com o Ministério da Educação e com a sociedade.

Os quatro pilares que dão sustentação ao PDI do período de 2011-2015 são:

- a) **excelência:** ações relacionadas a inovação tecnológica, aperfeiçoamento, participação em eventos nacionais e internacionais, entre outras;
- b) **eficiência** na Gestão Administrativa: ações envolvendo gestão de processos, gestão de pessoas, controles mais eficientes, comunicação, sistemas de informação, manutenção da infraestrutura, segurança, entre outros;

- c) **expansão:** ações relacionadas à ampliação geográfica (criação de novos campi), infraestrutura (reorganização de espaços, prédios, equipamentos e rede Wi-Fi, internet), entre outras;
- d) **inclusão:** ações relacionadas às ações afirmativas, à presença da UFRGS em áreas não atendidas, ao atendimento de pessoas com deficiência, eventos de integração com a sociedade, **gestão ambiental**, assistência estudantil, entre outras. Neste aspecto, apenas a questão da gestão ambiental foi contemplada através de campanhas internas de conscientização.

O Estatuto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em seu Art. 5º, afirma que a **missão** da Universidade é “a educação superior e a produção de conhecimento filosófico, científico, artístico e tecnológico integradas no ensino, na pesquisa e na extensão” (UFRGS, 1994). Assim, ao elaborar o PDI, a UFRGS propõe os projetos da instituição, com seus objetivos e metas a serem implementados no período compreendido de 2011-2015, incluindo aqueles relacionados ao meio ambiente.

Deste modo, no capítulo sobre Responsabilidade Social, na área de **Gestão Ambiental**, a Universidade propõe ações internas e externas, no sentido de aumentar a sustentabilidade de seu funcionamento, para toda a comunidade acadêmica. Define, como objetivo geral, o de **comprometer-se com a melhoria contínua de seu desempenho ambiental e prevenção da poluição**, estipulando os objetivos específicos em:

- a) **estabelecer um sistema de certificação ambiental;**
- b) **estruturar o licenciamento ambiental;**
- c) **diagnosticar e monitorar os índices de impacto ambiental;**
- d) **racionalizar o uso de material de consumo;**
- e) **otimizar o sistema de gerenciamento de resíduos recicláveis e não recicláveis da Universidade;**
- f) **manter o Programa de Educação Ambiental, baseado na capacitação do quadro de gestores ambientais das unidades universitárias e exigir**

a capacitação dos trabalhadores terceirizados pelas empresas contratadas [grifo da autora].

Para tanto, propõe a meta de adotar mecanismos e práticas que visem à prevenção de impactos negativos, desenvolvendo uma estratégia de mudança cultural através de uma política pedagógica ambiental, sob a responsabilidade do Sistema de Gestão Ambiental (SGA), definido pela Política Ambiental da UFRGS.

4.3 Sistema de Gestão Ambiental (SGA): a Política Ambiental da UFRGS no âmbito da memória institucional

A implantação do Sistema de Gestão Ambiental (SGA) na Universidade é uma conquista relacionada às atividades humanas. O entendimento entre os indivíduos e a organização concentra-se no desenvolvimento da cultura organizacional, consolidando a construção da Memória Institucional e a Gestão Ambiental da UFRGS.

A gestão ambiental, nas organizações, se orienta para evitar, na medida do possível, problemas para o meio ambiente. É o instrumento para se obter um desenvolvimento sustentável e, está vinculado a normas e procedimentos que são elaboradas por instituições públicas que fixam limites aceitáveis de emissão dos poluentes, definem como serão despojados os resíduos, proíbem a utilização de substâncias tóxicas, etc. Assim, a implantação de um sistema de gestão ambiental (SGA) está alicerçada sobre normas, como referências obrigatórias para seu sucesso (BARBIERI, 2011).

O SGA é parte do Sistema de Gestão da UFRGS, englobando a estrutura organizacional, as atividades de planejamento, as responsabilidades, as práticas, os procedimentos, os processos e os recursos para desenvolver, implementar,

atingir, analisar criticamente e manter a Política Ambiental, seguindo os padrões da norma NBR ISO 14001³.

Neste sentido, a Universidade, desde 2001, vem desenvolvendo atividades concretas para a implantação de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA). Em 2001, criou o Centro de Gestão e Tratamento de Resíduos Químicos (CGTRQ), órgão auxiliar do Instituto de Química. Neste mesmo ano foi criado o Serviço de Proteção Radiológica (SPR), com vinculação direta ao Gabinete do Reitor.

A UFRGS estruturou um grupo de trabalho para a realização de atividades de extensão em gestão ambiental, consolidando o Grupo Interdisciplinar de Gestão Ambiental (GIGA), que elaborou uma proposta para os candidatos a reitor, nas eleições de 2004. Naquela proposta a questão central era a implantação de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA).

4.3.1 Política Ambiental da UFRGS: no âmbito da Memória Institucional

O início do SGA/UFRGS ocorreu através da Portaria 3.396 de 13 de dezembro de 2004, com a criação de uma comissão que iria propor e aprovar uma política ambiental, consolidando-se com a seguinte redação, que obteve a aprovação do Reitor:

A UFRGS, através de sua administração centralizada e da direção de seus órgãos, se compromete com a melhoria contínua de seu desempenho ambiental e prevenção da poluição, adotando procedimentos e práticas que visem à prevenção de impactos ambientais negativos, em conformidade com os requisitos legais, gerando alternativas que propiciem a sustentabilidade da comunidade

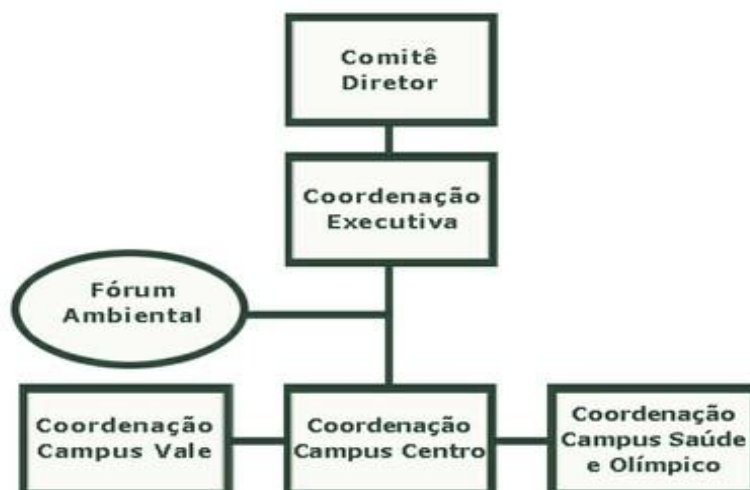
³ NBR/ISO 14001:2005. Sistemas da gestão ambiental – Requisitos com orientações para uso. Esta Norma é baseada na metodologia conhecida como Plan–Do–Check–Act (PDCA)/(Planejar–Executar– Verificar–Agir).

universitária e de toda a sociedade, desenvolvendo uma estratégia de mudança cultural através de uma política pedagógica ambiental.

Com a Política definida, através da Portaria nº 2604 de 17 de agosto de 2005, o Reitor da Universidade designa o grupo de trabalho que terá como objetivo traçar um caminho para a implantação do SGA e a sua política ambiental.

Em 12 de abril de 2007, através da Portaria 1.227, foi criada a Coordenadoria de Gestão Ambiental, vinculada ao Gabinete do Reitor. Em 29 de abril de 2008, através da Portaria 1.461, formalizou-se a estrutura do SGA/UFRGS, conforme Figura 1.

Figura 1 – Estrutura do SGA



Fonte: Portaria 1.461 (2008).

O Conselho Diretor, que se reunia anualmente, tinha a função de avaliar os rumos da implantação do SGA e traçar futuras metas, bem como aprovar ou propor ações e metas para a área ambiental da Universidade.

A Coordenação executiva tinha como função executar a implantação do SGA, através do desdobramento dos planos de ação do planejamento ambiental ou execução de atividades específicas, como o gerenciamento de resíduos, bem como encaminhar, ao Comitê Diretor, propostas de Normativas e Diretrizes. Era constituída pelo Coordenador de Gestão Ambiental, um Coordenador Adjunto e os Coordenadores dos Órgãos do SGA, como o Centro de Gestão e Tratamento de Resíduos Químicos (CGTRQ) e o Serviço de Proteção Radiológica (SPR); e

de Programas e Projetos do SGA, como: Educação Ambiental, Gestão de Resíduos Biológicos, Gestão de Resíduos Compostáveis e Compras Ecoeficientes.

Em abril de 2008 foi implantado o Fórum Ambiental, que reunia todos os gestores ambientais da UFRGS, bem como aqueles representantes da Universidade em órgãos de ação ambiental. Sua função principal: aplicar a ferramenta da Gestão Ambiental, acompanhar a sua aplicação nos Institutos, faculdades e escolas, contribuindo para o planejamento ambiental da Universidade, bem como discutir os posicionamentos a serem submetidos ao Reitor sobre assuntos relativos aos órgãos em que a UFRGS possua representação. Deveria ser também o espaço de proposição de atividades que visassem a aumentar a consciência ambiental da comunidade acadêmica. Era constituído pelos agentes ambientais da UFRGS, pela Coordenação Executiva, e pelos representantes da UFRGS nos órgãos colegiados da área ambiental. Foi criado o Boletim Fórum Ambiental Eletrônico, de 2009 a 2011, com edição bimestral, do nº 1 ao nº 11, trazendo artigos e destaques individuais, de interesse da comunidade universitária na área ambiental. Atualmente, o boletim deixou de ser continuado. O órgão administrativo responsável pela operacionalização do SGA era a coordenadoria de Gestão Ambiental (CGA/UFRGS).

Com o início do SGA, outros projetos começaram a ser articulados, como:

- a) a coleta seletiva, que também visava atender ao Decreto Federal 5.940 (BRASIL, 2006);
- b) a gestão de resíduos biológicos de origem do serviço da saúde, que visa atender a Resolução da ANVISA 306 (BRASIL, 2004);
- c) o projeto que busca melhor destinação para os resíduos orgânicos, a qual pode ser compostável, através da instalação de composteiras de pequeno porte nos vários campi;
- d) a criação de um pátio de compostagem na Faculdade de Agronomia;
- e) a reforma da composteira já instalada na Faculdade de Veterinária (CAMPANI et al, 2010).

4.3.2 Agenda Ambiental da Administração Pública da UFRGS – A3P UFRGS

Como ato consequente, o Conselho Universitário aprovou a adesão da UFRGS à Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), programa do Ministério do Meio Ambiente, lançado em 2001. A UFRGS integra a Rede A3P desde 23/12/2009, quando assinou o Termo de Adesão. A A3P é uma decisão voluntária, respondendo à compreensão de que o Governo Federal possui um papel estratégico na revisão dos padrões de produção e consumo e na adoção de novos referenciais em busca da sustentabilidade socioambiental.

O programa tem como diretriz a sensibilização dos gestores públicos para as questões socioambientais, estimulando-os a incorporar princípios e critérios de gestão ambiental nas atividades administrativas, por meio da adoção de ações que promovam o uso racional dos recursos naturais e dos bens públicos, o manejo adequado e a diminuição do volume de resíduos gerados, ações de licitação sustentável / compras verdes e, ainda, o processo de formação continuada dos servidores públicos.

A Agenda se fundamenta nas recomendações do Capítulo IV da Agenda 21⁴, que indica aos países o “estabelecimento de programas voltados ao exame dos padrões insustentáveis de produção e consumo e o desenvolvimento de políticas e estratégias nacionais de estímulo a mudanças nos padrões insustentáveis de consumo” (CNUMAD, 1995); no Princípio 8 da Declaração da Rio/92, a qual afirma que “os Estados devem reduzir e eliminar padrões insustentáveis de produção e consumo e promover políticas demográficas

⁴ AGENDA 21 é um conjunto de resoluções tomadas na conferência internacional Eco-92, realizada na cidade do Rio de Janeiro entre 3 e 4 de junho de 1992. Organizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), contou com a participação de 179 países e resultou em medidas para conciliar crescimento econômico e social com a preservação do meio ambiente. Na Agenda 21 cada país definiu as bases para a preservação do meio ambiente em seu território, possibilitando o desenvolvimento (MMA [2015]).

adequadas”; e ainda na Declaração de Johannesburg, que institui a "adoção do consumo sustentável como princípio basilar do desenvolvimento sustentável".

A Agenda Ambiental da UFRGS se desdobrou em nove metas que foram cumpridas no período de 2009 a 2012, formando um cronograma de ações, conforme quadro 3, apresentado como Plano de Trabalho Anexo ao Termo de Adesão da UFRGS ao A3P.

Quadro 3 – Cronograma das ações da Agenda Ambiental da UFRGS

Meta	Especificação da ação/fase	Duração	
		Início	Término
1. minimizar os impactos ambientais negativos gerados durante a jornada de trabalho, pela implantação de um Sistema de Gestão.	Diagnóstico ambiental da UFRGS; Monitoramento dos aspectos e impactos Ambientais e implantação das ações recomendadas.	2009	2010
2. realizar a gestão ambiental dos resíduos	Gestão de resíduos químicos; Gestão de resíduos biológicos; Gestão de resíduos radiológicos; Compostagem resíduos orgânicos.	2009	2009
3. Implementar coleta seletiva dos resíduos sólidos;	Coleta seletiva na UFRGS	2009	2012
4. utilizar de forma racional os recursos (ex.: material de expediente, água, energia, etc.), combatendo o desperdício e promovendo a redução de consumo;	Campanha de educação de redução de material de consumo na UFRGS; Criar grupo de trabalho sobre uso racional de água e reuso de água na UFRGS; Criar grupo de trabalho sobre consumo racional de energia elétrica e uso de energias alternativas na UFRGS.	2009	2012
5. adotar a licitação sustentável, introduzindo critérios socioambientais nas compras públicas para a aquisição de bens, materiais e contratação;	Adotar licitações sustentáveis	2009	2009
6. promover a substituição de insumos e materiais por produtos que provoquem menos danos ao meio ambiente;	Elaborar um sistema de compras sustentável	2009	2012
7. implantar um programa continuado de educação ambiental para a formação e capacitação do servidor público por meio de cursos; palestras, reuniões, eventos;	Oferecer o programa de formação de gestores ambientais com 185 horas aos servidores da UFRGS; Realizar ações de capacitação curtas (de até 40 horas) para técnicos, docentes e alunos; Promover ações de extensão sobre temas ambientais para a comunidade universitária.	2009	2012
9. promover parcerias para se discutir a problemática ambiental em geral e na administração pública em específico	Estabelecer parcerias, através de conselhos, seminários, <i>workshops</i> e grupos de trabalho, parcerias com outras instituições públicas para se debater a implantação de um SGA na esfera pública; Promover ações de capacitação, através de programas de extensão, para capacitar gestores ambientais em outras instituições públicas.	2009	2012

Fonte: Campani, et al. (2010).

Em dezoito de novembro do corrente ano foi realizada uma entrevista (Apêndice A) com o assessor da AGA, o Prof. Darci Campani, na qual foi solicitado que relatasse, em linhas gerais, quais ações foram desenvolvidas a partir de 2012, em vista de não se ter encontrado nada documentado para compor esta pesquisa. O prof. Campani começou lembrando que a partir dessa época houve uma pequena mudança organizacional, quando a Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), que era administrada pela Coordenadoria de Gestão Ambiental (CGA), que acabou sendo extinta, passou a ser administrada pela Assessoria de Gestão Ambiental (AGA), com enxugamento de seu quadro de pessoal efetivo, que manteve, atualmente, 1 Assessor, 1 Assistente do Assessor e mais 24 Bolsistas.

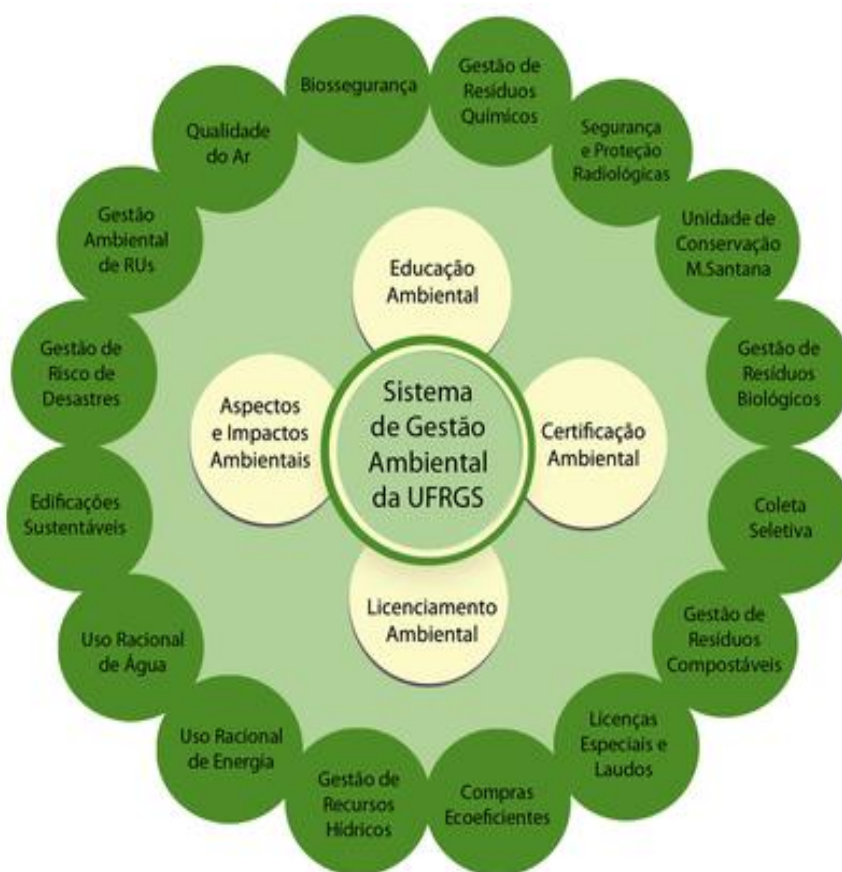
Desta forma, a Agenda Ambiental da UFRGS foi cancelada e muitos projetos e programas tiveram que serem reavaliados para dar conta de um novo modelo de gestão. Dois grandes projetos tiveram continuidade: o Projeto de Divulgação da Ciência nas Escolas, apresentado todos os anos no Salão de Iniciação Científica da UFRGS (este projeto é subsidiado com bolsa de iniciação científica, para que os alunos das escolas participem do salão, formando assim jovens talentos cientistas) e o Levantamento dos Aspectos e Impactos Ambientais (LAIA), que teve sua meta de implantação em 2009, na Faculdade de Arquitetura, com acompanhamento e avaliação constante. Das 87 unidades que compõem a Universidade, 40% não implantaram o LAIA, 30% iniciaram e não deram continuidade e 30% implantaram e continuam com a avaliação periódica.

Outras atividades estão em andamento, como Plano de Resíduos Sólidos, referente à Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos e que abrange também os terceirizados que atuam na Universidade, e a Gestão dos Resíduos Químicos. A Universidade também continua com a adoção das licitações sustentáveis.

4.3.3 Programas e projetos do SGA

De 2009 a 2012, os programas e projetos do SGA coordenados pela CGA, foram organizados a partir da abrangência dos mesmos, sendo que os quatro programas (Educação Ambiental; Levantamento de Aspectos e Impactos Ambientais; Licenciamento Ambiental e Certificação Ambiental) são estruturadores do sistema, levantam os problemas ambientais da UFRGS, e os dezesseis projetos são temáticos e operacionais, ou seja resolvem esses problemas, conforme a Figura 2.

Figura 2– Mandala



 **Programas do SGA**

 **Projetos do SGA**

Fonte: [SGA](#) (2012)

O programa Educação Ambiental, em consonância com a Política Ambiental da Universidade e sua memória institucional, visava atingir atividades que envolviam o meio acadêmico e a comunidade universitária, difundindo conhecimentos sobre o ambiente. O programa não se restringia apenas às questões de preservação e de uso sustentável dos recursos naturais, mas realizava um trabalho muito mais amplo de conscientização e mobilização da sociedade, formando indivíduos capazes de compreender o mundo e agir nele de forma crítica e coerente.

A atividade principal da educação ambiental é a formação de gestores ambientais. Por meio dela são transmitidos conhecimentos básicos na área ambiental, além de todo o funcionamento das atividades relativas à questão ambiental na Universidade. Na sua última edição, ocorrida em 2011, foi incluído um módulo sobre certificação ambiental, visando qualificar os técnicos que serão responsáveis por tal atividade.

Neste sentido, entende-se a importância da Memória Institucional e Gestão Ambiental e suas relações com a BIBENG, partindo do pressuposto que a biblioteca é um lugar de memória cuja missão está ligada diretamente à função de preservar, organizar e disseminar os conhecimentos adquiridos através do tempo. E, para analisar essa relação, na próxima seção serão destacados os documentos que compõem a memória da Biblioteca e da Escola de Engenharia da UFRGS.

5 ESTUDO DE CASO: Biblioteca da Escola de Engenharia da UFRGS – (BIBENG)

Neste capítulo é apresentada a contextualização histórica de formação da Biblioteca e faz-se a identificação e análise dos instrumentos de gestão da Escola de Engenharia e da Biblioteca, no período de 2011-2014, apontando as propostas sobre o meio ambiente. O capítulo analisa a Política de Gestão da BIBENG com destaque às diretrizes ambientais.

5.1 Histórico da BIBENG: sua memória no tempo

A ideia de cinco engenheiros militares, professores da Escola Militar de Porto Alegre, e de um engenheiro civil, reunidos em torno de um projeto para criação de uma escola de engenharia, transformou-se em realidade, em 10 de agosto de 1896, na atual Escola de Engenharia da UFRGS.

Nesse mesmo período, em 1896, os Estatutos da Escola de Engenharia de Porto Alegre determinaram a instalação de uma biblioteca, com vistas a complementar o ensino em todas as suas instâncias, contendo livros, mapas, globos, cartas, projetos, coleções de leis e regulamentos e quaisquer outros trabalhos que pudessem interessar ao ensino.

Em 1897, então, foi instalada uma biblioteca central, com 215 volumes de livros científicos doados por particulares e acondicionados em duas grandes estantes envidraçadas, conforme uma foto da época, ilustrada na Figura 3. A guarda, a conservação dos impressos, manuscritos e demais materiais, a organização do catálogo metódico da biblioteca, bem como a escrituração da entrada de livros e demais objetos por compra, doativo ou retribuição foram as atribuições de competência do bibliotecário, descritas naquele mesmo documento.

Figura 3 – Sala da Biblioteca (1897).



Fonte: Álbum da Escola de Engenharia da UFGS ([1914?]).

A Escola de Engenharia de Porto Alegre era formada, também, por Institutos especializados, os quais possuíam suas próprias bibliotecas. Nessa ocasião somente os professores podiam retirar livros por empréstimo, somente para seu uso, não excedendo este a um período de três dias. Com o crescimento da Escola, e em razão do aumento do número de alunos e professores, tornou-se necessária a ampliação de suas dependências. Assim a Biblioteca foi transferida, em 1960, para um prédio recém-construído, onde permanece até os dias de hoje, conforme Figura 4. Nesta mesma ocasião passou a se chamar Biblioteca Elyseu Paglioli, em homenagem ao então Reitor desta Universidade.

Figura 4 – Prédio Novo da E.E, da UFRGS.



Fonte: Acervo fotográfico do Setor de Patrimônio Histórico da UFRGS ([2014?]).

A organização do acervo da Escola de Engenharia era descentralizada, já que havia uma biblioteca central e algumas bibliotecas especiais, que abrigavam pequenas coleções bibliográficas. Entre 1970 e 1972, a Biblioteca reuniu todas as publicações que se encontravam dispersas pelos departamentos e setores da Escola de Engenharia, constituindo-se numa única sede. Neste mesmo ano passa a integrar o Sistema de Bibliotecas da UFRGS (SBU), juntamente com as demais setoriais existentes.

Em 1974, foi transferida a parte da coleção (livros, folhetos, manuais e periódicos) relacionada à computação para o Centro de Processamento de Dados da UFRGS, no térreo do prédio da Escola de Engenharia, para atender ao Curso de Pós-Graduação em Ciência da Computação, constituindo-se no embrião da futura Biblioteca do Instituto de Informática. Seu acervo cresceu, tornou-se mais especializado, mantendo sua organização dividida em duas seções: Seção de Livros, encarregada também dos folhetos, dissertações e teses; e Seção de Periódicos, responsável igualmente por catálogos de cursos, catálogos industriais e normas técnicas.

Em 1989 principia uma fase nova, com a implantação do Sistema de Automação de Bibliotecas (SABi), desenvolvido pela Biblioteca Central e Centro de Processamento de Dados da UFRGS. O SBU é pioneiro no sul do País em informatização de bibliotecas, mantendo visível, inicialmente, uma pequena parte dos catálogos apenas nas bibliotecas setoriais que os originaram, disponibilizando

serviço de correio eletrônico e acesso a bases bibliográficas internacionais via discada (modem). Com a modernização de seus instrumentos de trabalho e técnicas de ação, na década de 1990, passou a disponibilizar seu catálogo bibliográfico on-line, através do SABi, encontrando-se disponível também na Internet.

Desde 2010 a Biblioteca da Escola de Engenharia da UFRGS possui uma estrutura organizacional que é representada no organograma da Figura 5, contando com a Chefia e cinco divisões nominadas como: Desenvolvimento de Coleções (DDC), Desenvolvimento Tratamento da Informação (DTI), Secretaria (SEC), Núcleo de Informática (NI) e a Divisão de Atendimento ao Usuário (DAU), esta subdividida no Setor de Referência, Circulação e Comutação Bibliográfica (COMUT).

Figura 5 – Organograma BIBENG

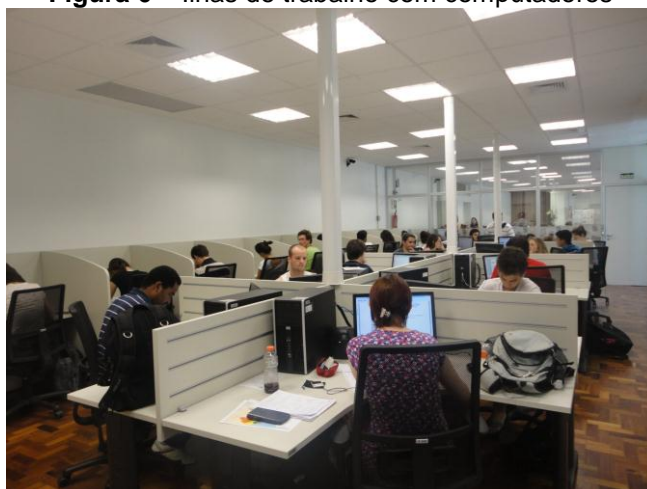


Fonte: BIBENG (2014).

Em 2012, para se adequar à permanente evolução e crescente demanda de seus serviços, houve novamente uma expansão nas suas instalações, quando passou a ocupar uma área física de 1.300 m², no segundo andar do prédio da Engenharia Nova, que divide, agora, apenas com o Anfiteatro 200. Desde então disponibiliza variados espaços para estudo e pesquisa, como ilhas de trabalho com computadores – Figura 6; salas para estudo em grupo com capacidade para 4 pessoas – conforme Figura 7; um *Lounge*, espaço de convivência, com canal próprio de TV, o qual veicula informações de natureza diversa e de interesse,

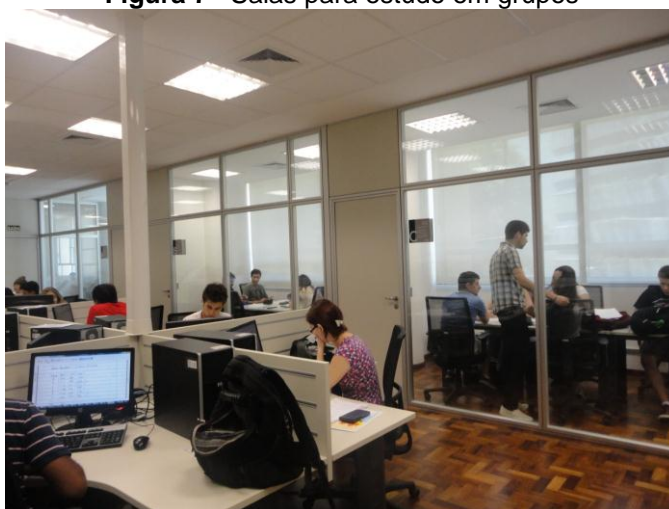
especialmente, dos alunos – conforme ilustra a Figura 8. São ambientes totalmente climatizados e com confortáveis acomodações (120 assentos). Oferece, também, baias para estudo individual; salão de leitura; balcão de referência – Figura 9; balcão de empréstimo – Figura 11; balcão para recepção da área técnica – Figura 10; mesas retangulares com microcomputadores, para atividades individuais ou em grupos – Figura 12; além de uma sala de videoconferências – conforme Figura 13.

Figura 6 – Ilhas de trabalho com computadores



Fonte: Acervo da BIBENG (2013).

Figura 7– Salas para estudo em grupos



Fonte: Acervo BIBENG (2013).

Figura 8 – Lounge da BIBENG



Fonte: Acervo da BIBENG (2013).

Figura 9 – Balcão de plantão de referência



Fonte: Acervo BIBENG (2013)

Figura 10 – Recepção área técnica



Fonte: Acervo BIBENG (2013)

Figura 11– Balcão de empréstimo



Fonte: Acervo BIBENG (2013)

Figura 12– Estudo e leitura junto ao acervo de periódicos



Fonte: Acervo BIBENG (2013)

Figura 13 – Sala de videoconferência



Fonte: Acervo BIBENG (2013).

O acervo é constituído por 32.500 livros e 1.413 títulos de periódicos, sendo essas coleções as mais importantes, embora disponibilize, também, normas técnicas nacionais e internacionais, CDRoms, DVDs e outros materiais bibliográficos, cobrindo assuntos da área de Engenharia e correlatos, com uma excelente qualidade técnica. Na área ambiental o acervo da BIBENG conta com um expressivo volume de materiais de excelente qualidade doados através de doações espontâneas e aquisições por compra.

Nessa mesma oportunidade foi reavaliada sua forma de atuação, tendo sido reorganizada sua estrutura organizacional, a qual passa a privilegiar os processos desenvolvidos, e não mais as coleções existentes.

A BIBENG tem como missão “Incentivar a geração e o uso de informações técnicas e científicas de interesse para as áreas de Engenharia e contribuir para a preservação da produção intelectual docente da UFRGS” (BIBENG, 2012). Neste sentido, a Biblioteca é responsável pelos serviços de informação bibliográfica da Escola de Engenharia, atendendo a suas diferentes atividades de ensino, pesquisa e extensão. Disponibiliza vários equipamentos de uso local, para fins acadêmicos e acesso a Internet. Oferece diversos produtos e serviços, como atendimento personalizado ao usuário, comutação bibliográfica, emissão de Guia de Recolhimento da União (GRU) para recolhimento de taxas da Biblioteca, ficha catalográfica, perdidos e achados, plantão de atendimento, visita orientada, levantamento bibliográfico, circulação e empréstimo de materiais, normalização de trabalhos acadêmicos, revisão de referências bibliográficas, manual de normalização de trabalhos, etc. A equipe de trabalho é composta por dez bibliotecários, seis auxiliares administrativos e número variado de bolsistas acadêmicos.

5.2 Instrumentos de Gestão da Escola de Engenharia e da Biblioteca de Engenharia da UFRGS: período de 2011 a 2015

Os instrumentos a serem analisados são descritos de forma a se ter uma compreensão das diretrizes propostas em consonância com o Plano de Gestão do Reitorado (PGR) e a Política Ambiental da UFRGS. Primeiramente, é analisado e descrito o Planejamento Institucional (PDI-E.E.) da Escola de Engenharia UFRGS, que tem por objetivo definir as diretrizes básicas de organização, gestão, melhoria e expansão da Escola de Engenharia, com base nas exigências administrativas e legais atuais. Após, é analisada e descrita a Política de Gestão da BIBENG, destacando as recomendações técnicas emanadas da Biblioteca Central e o Planejamento Anual da Escola de Engenharia

no período de 2011 a 2015, relacionado às ações propostas da BIBENG e destacando aquelas que visam o meio ambiente.

5.2.1 Planejamento Institucional (PDI-E.E.) da UFRGS: diretrizes básicas

A Escola de Engenharia, fundada em 1896, é uma das maiores e mais tradicionais unidades acadêmicas da UFRGS. Nos últimos anos, muito em função do Programa de Expansão das Universidades Federais (REUNI), a Escola de Engenharia tem expandido ainda mais as suas atuações em ensino, pesquisa e extensão, com a criação de novos cursos de graduação e novos cursos tecnológicos em Engenharia. Desde 2013, a Escola de Engenharia oferece 13 cursos de graduação, dois deles compartilhados com outras unidades (curso de Engenharia de Computação com o Instituto de Informática e curso de Engenharia Física com o Instituto de Física). A Escola possui 8 programas de Pós-Graduação: PPGEC (Eng. Civil), PROMEC (Eng. Mecânica), PPGEI (Eng. Elétrica), PPGEQ (Eng. Química), PPGE3M (Eng. Minas, Materiais e Metalurgia), PPGEF (Eng. de Produção) e os programas que compartilha com outras Unidades: PGDesign (Faculdade de Arquitetura) e o PGMicro (Institutos de Informática, Física e de Química), com uma média de 8.279 alunos matriculados.

O Planejamento de Desenvolvimento Institucional da Escola de Engenharia da UFRGS (PDI-EE) é realizado, a cada dois anos, e o mesmo é construído a partir do mapeamento de demandas e necessidades da comunidade, necessárias para dar suporte à consecução do planejamento estratégico e tático vigente ou para apoiar novas ações de desenvolvimento propostas pela direção e aprovadas pelo conselho da Unidade.

Para o período de 2011-2013 foi proposto o Projeto de Desenvolvimento Institucional e Qualificação da Infraestrutura de Ensino, Pesquisa e Extensão da Escola de Engenharia da UFRGS com suas diretrizes básicas aprovadas pelo Conselho da Unidade, buscando sempre a excelência acadêmica, através da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão. O objetivo deste PDI-EE é

definir diretrizes básicas de organização, gestão, melhoria e expansão da Escola de Engenharia, com base nas exigências administrativas e legais atuais, no PDI e Projeto REUNI da UFRGS, tendo como primeiro resultado a definição da Missão, Visão e Valores da Escola de Engenharia, como segue:

O propósito fundamental da Escola de Engenharia é formar e qualificar recursos humanos, estabelecendo uma cultura de excelência e geração de novos conhecimentos através da pesquisa, em todas as áreas da Engenharia, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade com ampla interação com os setores produtivos públicos e privados (UFRGS/EE, 2011, p. 1).

As ações propostas neste PDI foram definidas como resultado de uma ação de Planejamento Estratégico coordenada pela Direção da Escola e executada por professores-pesquisadores do Departamento de Engenharia de Produção e Transportes de Engenharia da UFRGS. Assim, para este PDI-EE o Plano de Metas foi: a) apoio, melhoria e ampliação das atividades de ensino (técnico, graduação e pós-graduação) e de pesquisa; b) apoiar, melhorar e ampliar o relacionamento da Escola de Engenharia com a comunidade interna e externa.

Para o período de 2013-2015 o Projeto de Desenvolvimento Institucional da Escola de Engenharia tem por objetivo definir as diretrizes básicas de melhoria e expansão da Escola de Engenharia, com base nas exigências administrativas e legais atuais. As ações para este PDI –EE foram organizadas e consolidadas com foco nas dimensões fundamentais do trinômio Ensino, Pesquisa e Extensão, ou que englobam ações específicas de expansão e qualificação da EE: a) qualificar as atividades de ensino, pesquisa e extensão; b) melhorar e ampliar a infraestrutura da Escola de Engenharia; c) fomentar as interações e a multidisciplinaridade.

Seguindo o contexto, todos os departamentos da Escola repassam suas informações sobre os projetos, atribuições e ações desenvolvidas para o Núcleo de Gestão de Desempenho (NGD), criado conforme Decisão do CONSUN nº 939/2008. O NGD da Escola de Engenharia é formado pelo Diretor da Escola, por um Assessor Administrativo e um servidor eleito pelos pares. Este núcleo é o órgão responsável por: a) coordenar e acompanhar o plano de metas definido

pela Escola de Engenharia; b) assessorar a aplicação da avaliação de desempenho dos servidores técnico-administrativos da Escola; c) acompanhar os prazos de aplicação dessa validação; d) analisar e dar parecer sobre os pedidos de reconsideração; e, d) organizar os procedimentos para avaliação pelos usuários, de acordo com as políticas a serem definidas no período. De posse destas informações, pertinentes ao plano anual, o NGD as repassa à Administração Superior da Universidade.

Os projetos, no caso do Planejamento Institucional, são compreendidos como atividades que possuem início, meio e fim, mesmo que sua execução extrapole o ano / exercício do planejamento em curso. A unidade – neste caso, a Biblioteca – poderá optar pelo eixo temático que a vincule com o Plano de Gestão da UFRGS, propondo um projeto de acordo com suas diretrizes. Isso significa que o planejamento anual de cada unidade deve estar alinhado ao planejamento da Universidade, cujas diretrizes estão expressas no Plano de Gestão do Reitorado.

Para vincular o Planejamento da Unidade ao Plano de Gestão do Reitorado cada projeto é inserido no escopo do Plano de Gestão em vigor, que servirá de base ao planejamento anual da Universidade. Como exemplo, destaca-se o quadro 4.

Quadro 4 – Exemplo de Planejamento Anual para E.E.

3. LINHA DE AÇÃO: PLANEJAMENTO, GESTÃO E INFRAESTRUTURA INSTITUCIONAL
3.1 Meta: Otimização do Planejamento e da Gestão
Ações: 3.1.9 implantação de um sistema de gestão ambiental utilizando a aplicação da Política Ambiental da UFRGS
PROJETO DO PLANO DE GESTÃO DA UNIDADE
Ação: Adotar uma campanha de conscientização ambiental da BIBENG na mídia e redes sociais.
Objetivo Geral: Disponibilizar informações a respeito da preservação ambiental.

Fonte: elaborada pela autora (2015).

Como se percebe, é proposta uma linha de ação, definindo sua meta, e dentro desta meta uma ação específica, que servirá de base ao projeto do planejamento institucional da unidade.

No quadro 5 é demonstrada uma síntese das ações do Planejamento Institucional da Escola de Engenharia da UFRGS no período de 2011-2015.

Quadro 5 – Ações do PDI - E.E. no período de 2011 – 2015.

Ano	Ações
2011 a 2012	1. Apoiar, melhorar e ampliar o relacionamento da Escola de Engenharia com a comunidade interna e externa; 2. Apoiar, melhorar e ampliar as atividades de ensino (técnico, graduação e pós-graduação e de pesquisa).
2013 a 2015	1. Inovar a qualificação das atividades de ensino, pesquisa e extensão; 2. Melhorar e ampliar a infraestrutura da Escola de Engenharia, 3. Fomentar às interações e atividades multidisciplinares.

Fonte: elaborada pela autora (2015).

Neste contexto apresentado acima, as ações estão em consonância com o PDI da UFRGS, naquilo que for pertinente à Escola de Engenharia, sendo consideradas parte do PDI da Escola de Engenharia. No período compreendido de 2011-2015 não houve ações propostas com ênfase no meio ambiente nos Projetos de Desenvolvimento Institucional PDI-E.E.da UFRGS.

5.2.2 Política de Gestão da BIBENG: diretrizes ambientais propostas e sua execução

A Política de Gestão da BIBENG foi elaborada em 2013, pela Bibliotecária Chefe, com a finalidade de viabilizar e facilitar a realização das tarefas necessárias a todos os setores da Biblioteca. Com esse foco a Biblioteca pode se concentrar em atividades importantes, gerando maiores benefícios à comunidade acadêmica, além de otimizar a utilização dos recursos. O objetivo desta política é facilitar a compreensão de autoridades, funcionários, usuários e interessados pelos serviços e/ou ações da Biblioteca acerca das políticas adotadas e das tomadas de decisão realizadas, bem como com relação às ações implementadas pelo(s) gestor(es) da BIBENG.

As diretrizes estabelecidas nesta Política de Gestão levam em conta “[...] os aspectos importantes da estrutura vigente, bem como aqueles que devem ser observados em razão da forma de funcionamento da Universidade, em especial,

da EE”. (BIBENG/GESTÃO, 2013, p. 4). As ações propostas contemplam quinze atividades ou serviços e obedecem à hierarquia de autoridade da EE. Também consideram as políticas e recomendações técnicas emanadas da Biblioteca Central e/ou outro segmento do Sistema de Bibliotecas da UFRGS. As atividades ou serviços são relacionados a seguir:

- a) recursos humanos;
- b) recursos materiais;
- c) recursos financeiros;
- d) atividades de secretaria;
- e) gestão do conhecimento;
- f) sustentabilidade empresarial;
- g) acessibilidade universal;
- h) marketing;
- i) administração do tempo;
- j) integração na EE;
- k) relações com o SBU;
- l) interação com bibliotecas e serviços de informação;
- m) parcerias com empresas da área de engenharia;
- n) representatividade na biblioteca;
- o) sistemas de avaliação.

Destaca-se a sustentabilidade empresarial, pois esta política compreende “[...] um conjunto de práticas que procuram demonstrar respeito e preocupação com as questões do ambiente e da sociedade em que estamos inseridos ou onde atuamos” (BIBENG/GESTÃO, 2013, p. 23). Assim, sustentabilidade e desenvolvimento sustentável definem as ações relacionadas a seguir:

- a) criação de atitudes pessoais e empresariais voltadas para a reciclagem de resíduos sólidos;
- b) desenvolvimento da gestão sustentável nas empresas para diminuir o desperdício de matéria-prima e desenvolvimento de produtos com baixo consumo de energia;

- c) atitudes voltadas para o consumo controlado de água, evitando ao máximo o desperdício;
- d) mudança dos padrões de consumo;
- e) recolhimento adequado de lixo eletrônico;
- f) promoção do ensino, da conscientização e do treinamento para a sustentabilidade ambiental (BIBENG/GESTÃO, 2013).

Assim, a Política de Gestão da BIBENG, através da implantação de suas ações, define os indicadores de sustentabilidade empresarial que serão usados e comparados ao longo do tempo, permitindo avaliação interna e a comparação entre instituições congêneres. Esses indicadores deverão refletir a realidade da Biblioteca, os valores e a cultura da organização, demonstrando a todas as partes interessadas o efetivo desempenho da Biblioteca em relação à sustentabilidade. Eles apontam para aspectos impactantes ao meio ambiente, como consumo de água e utilização da energia elétrica, entre outros (BIBENG/GESTÃO, 2013).

As diretrizes propostas nesta Política de Gestão foram definidas como resultado de uma ação de Planejamento Estratégico baseada no PDI da UFRGS para período de 2011-2015, em consonância com o Planejamento Institucional da Escola de Engenharia. Neste sentido, é elaborado, anualmente, um plano de gestão que contempla todas as ações, objetivos e metas a serem implantadas por seus servidores para um melhor desempenho organizacional.

5.2.3 Planejamento Anual da Escola de Engenharia proposto pela BIBENG: período 2011-2015

O planejamento das ações de cada departamento da UFRGS deve ser realizado anualmente com objetivo de atender as determinações legais e deve estar alinhado ao planejamento da Universidade vigente, cujas diretrizes estão expressas no Plano de Gestão do Reitorado (PGR). O planejamento é um processo dinâmico que tende a se desenvolver de forma crescente e/ou diversa a cada ano, passando por etapas evolutivas dando encadeamento, continuidade e/ou conclusão às ações em andamento.

Essas são as ações apresentadas no planejamento anual para a Escola de Engenharia da UFRGS no período de 2011 a 2015. O quadro 6 abaixo relaciona todas as ações propostas, representando em cores as ações com ênfase no meio ambiente. Este acompanhamento visa facilitar o entendimento, bem como identificar todas as atividades que a BIBENG desenvolve. Os dados foram extraídos dos Planos da Unidade no período do presente estudo, disponibilizados numa base de dados exclusiva, na qual todos os servidores da Biblioteca tem acesso, acompanhando a evolução dos objetivos propostos e, inserindo suas metas pessoais.

Quadro 6 – Planejamento Anual da Escola de Engenharia/BIBENG período 2011-2015

Ano	Projetos/Ações
2011	1. Prestar serviços à comunidade acadêmica com qualidade;
	2. Propiciar condições adequadas de trabalho aos servidores;
	3. Atender à política institucional de meio ambiente;
2012	1. Melhorar a infraestrutura do espaço interno da Biblioteca;
2013	1. Propiciar ambiente de trabalho e estudo adequado;
	2. Elaborar o Manual de Rotinas e Procedimentos do Núcleo de Informática – NIN;
	3. Reestruturar a <i>homepage</i> da BIBENG;
	4. Propiciar a reserva para uso da sala de videoconferência através da internet;
	5. Definir o acesso aos microcomputadores para usuários através do cartão UFRGS;
	6. Implantar os módulos de segurança do NAC/UFRGS;
	7. Formatar os equipamentos de informática disponibilizados aos usuários;
	8. Formatar todos os documentos técnicos e administrativos da BIBENG;
	9. Adquirir livros para a graduação da EE;
	10. Avaliar quantitativamente o acervo para a graduação da EE;
	11. Registrar a memória técnica- científica institucional;
	12. Incorporação de livros ao acervo;
	13. Sinalização da BIBENG;
	14. Aumentar o volume da circulação;
	15. Atualizar a documentação técnica da Divisão de Atendimento ao Usuário;
	16. Oferecer novos serviços técnicos à comunidade da EE.;
	17. Capacitação de servidores;
	18. Dispor de toda documentação técnica e administrativa registrada e atualizada;
	19. Mapear os vídeos produzidos na Escola de Engenharia;
2014	1. Apresentar projeto específico para a segurança integrada do acervo e demais bens patrimoniais da BIBENG;
	2. Capacitação de servidores;
	3. Dispor de toda documentação técnica e administrativa registrada e atualizada;
	4. Viabilizar a implementação de serviços de empréstimo de equipamentos móveis de informática;
	5. Propor melhorias ao acervo de livros;
	6. Providenciar atualização e/ou aquisição de equipamentos de informática para serviços internos;
	7. Providenciar término da execução da proposta de sinalização da Biblioteca;
	8. Facilitar a localização de livros;
	9. Adotar uma campanha de conscientização ambiental da BIBENG na mídia e redes sociais;
	10. Divulgar, virtualmente, a BIBENG e seus serviços;
	11. Oferecer orientação presencial no uso da Biblioteca e do SABI;
	12. Publicar a Política de Atendimento ao Usuário;
	13. Redigir os manuais de rotinas da DAU;
	14. Adquirir livros para a graduação da EE;
	15. Avaliar quantitativamente o acervo para a graduação da EE;
	16. Identificar livros eletrônicos para compra;
	17. Testar e adequar manuais de rotina às práticas adotadas;
	18. Elaborar os fundamentos necessários para a execução das tarefas da DTI;
	19. Incorporar livros ao acervo;
	20. Registrar a memória técnico-científica institucional;
	21. Revisar os formulários de coleta de dados;
	22. Complementar a tradução da <i>homepage</i> da Biblioteca;
	23. Disponibilizar as últimas aquisições de livros na <i>homepage</i> da Biblioteca;

	24. Elaborar o Manual de Rotinas do Núcleo de Informática;
	25. Elaborar plataforma para empréstimo de equipamentos móveis de informática para usuários;
	26. Formatar todos os documentos técnicos e administrativos da BIBENG;
	27. Implantar <i>software</i> de gerenciamento de programação da InfoEng TV;
	28. Monitorar o tráfego na <i>homepage da Biblioteca</i> ;
	29. Propiciar o acesso intranet através da <i>homepage da BIBENG</i> ;
2015	30. Reformular base de equipamentos da BIBENG;
	1. Relacionar livros já avaliados retirados do acervo para fins de desfazimento ou encadernação;
	2. Disponibilizar conteúdo da IEEE Xplore de interesse para Engenharia;
	3. Melhorar a descrição bibliográfica nos planos de ensino;
	4. Digitalizar documentos impressos com ênfase em PI da EE;
	5. Preparar material bibliográfico para circulação;
	6. Revisar todos os documentos normativos da BIBENG.
	7. Capacitar os alunos de graduação da EE no uso da Biblioteca, no manuseio do SABI e na localização de itens nas estantes;
	8. Analisar sistematicamente o assunto dos documentos recebidos;
	9. Incorporar livros ao acervo;
	10. Manter atualizados e disponibilizar novos conteúdos no site;
	11. Avaliar o serviço de atendimento ao usuário no setor de empréstimo de material bibliográfico;
	12. Registrar a memória técnico-científica institucional;
	13. Obter autorização dos autores para disponibilização no LUME;

Fonte: elaborada pela autora (2015)

Em 2011 foram propostas três ações, sendo que apenas uma não foi direcionada ao meio ambiente, destacada no quadro acima. Em 2012, houve apenas uma ação geral, que visava às melhorias para um ambiente corretamente sustentável. Esta meta foi prioritária para a atual gestão, ampliando espaços, utilizando apenas divisórias leves, em sua maioria de vidro, tornando os ambientes amplos e flexíveis para futuras modificações que venham a ser necessárias. O mobiliário adquirido foi selecionado observando critérios de sustentabilidade e com certificação de origem, além de atender características ergonômicas adequadas à permanência por longo tempo em suas dependências.

Em 2013 foram propostas dezenove ações, distribuídas para todos os setores da Biblioteca, e nenhuma ação foi proposta para o meio ambiente. No ano de 2014, foram propostas trinta ações, igualmente distribuídas entre os setores da Biblioteca, e apenas uma foi proposta para o meio ambiente, conforme destacado no quadro 6, acima. Em 2015, foram propostas 13 ações, visando à melhoria dos produtos e serviços prestados à comunidade universitária, e nenhuma ação contemplava o meio ambiente.

Neste contexto, a Biblioteca como lugar da memória pode contribuir com a política de gestão ambiental da UFRGS através da gestão e da disseminação das informações ambientais, criando uma mudança de cultura ambiental mais comprometida e participativa, envolvendo toda a comunidade universitária e sociedade como um todo. Assim, foi proposta a criação de um produto

ecologicamente sustentável, a ser distribuído para a comunidade universitária com a finalidade conscientizá-la em relação às questões ambientais.

5.3 Análise e interpretação dos dados

A análise e interpretação dos dados são “[...]um processo que nos estudos de caso se dá simultaneamente à sua coleta” (GIL, 2010, p. 122), ou seja, “ela se inicia com a primeira [...] leitura de um documento”. Neste estudo, a autora se valeu de alguns documentos internos, tais como: os Planos de Gestão da UFRGS do período de 2008 a 2016, Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFRGS, período 2011-2015, Política de Gestão Ambiental da UFRGS, Planejamento Institucional da Escola de Engenharia, no período de 2011-2015, Planejamento Anual da Escola de Engenharia, no período de 2011-2015, Política de Gestão da Biblioteca. Ressaltando, que a análise de todos os documentos foi com ênfase nas questões ambientais que foram propostas no período de 2011-2015.

5.3.1 Síntese dos objetivos: *relação com os documentos analisados*

O Quadro 7 ilustra, de forma sintética, a relação com os objetivos propostos ao trabalho e a relação com os documentos analisados. O **objetivo geral** tem relação direta com o Planejamento Anual da Escola de Engenharia da UFRGS, no período de 2011-2015 (1), bem como a Política de Gestão da BIBENG (2) e a Política Ambiental da UFRGS (3). O **objetivo específico 1** se relaciona com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFRGS, período 2011-2015 (4), já o **objetivo 2** está diretamente relacionado com, Planejamento de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Escola de Engenharia da UFRGS – período de 2011-2015 (5), Planejamento Anual da Escola de Engenharia no período de 2011-2015, Política de Gestão da BIBENG (2), no tocante ao **objetivo 3**, o documento analisado foi o Planejamento Anual da Escola de Engenharia no período de 2011-2015 (1). Finalmente o **objetivo 4** tem sua relação com a Sacola

ECOBENG. Percebe-se que os documentos analisados não são excludentes e se relacionam entre si e, com os objetivos.

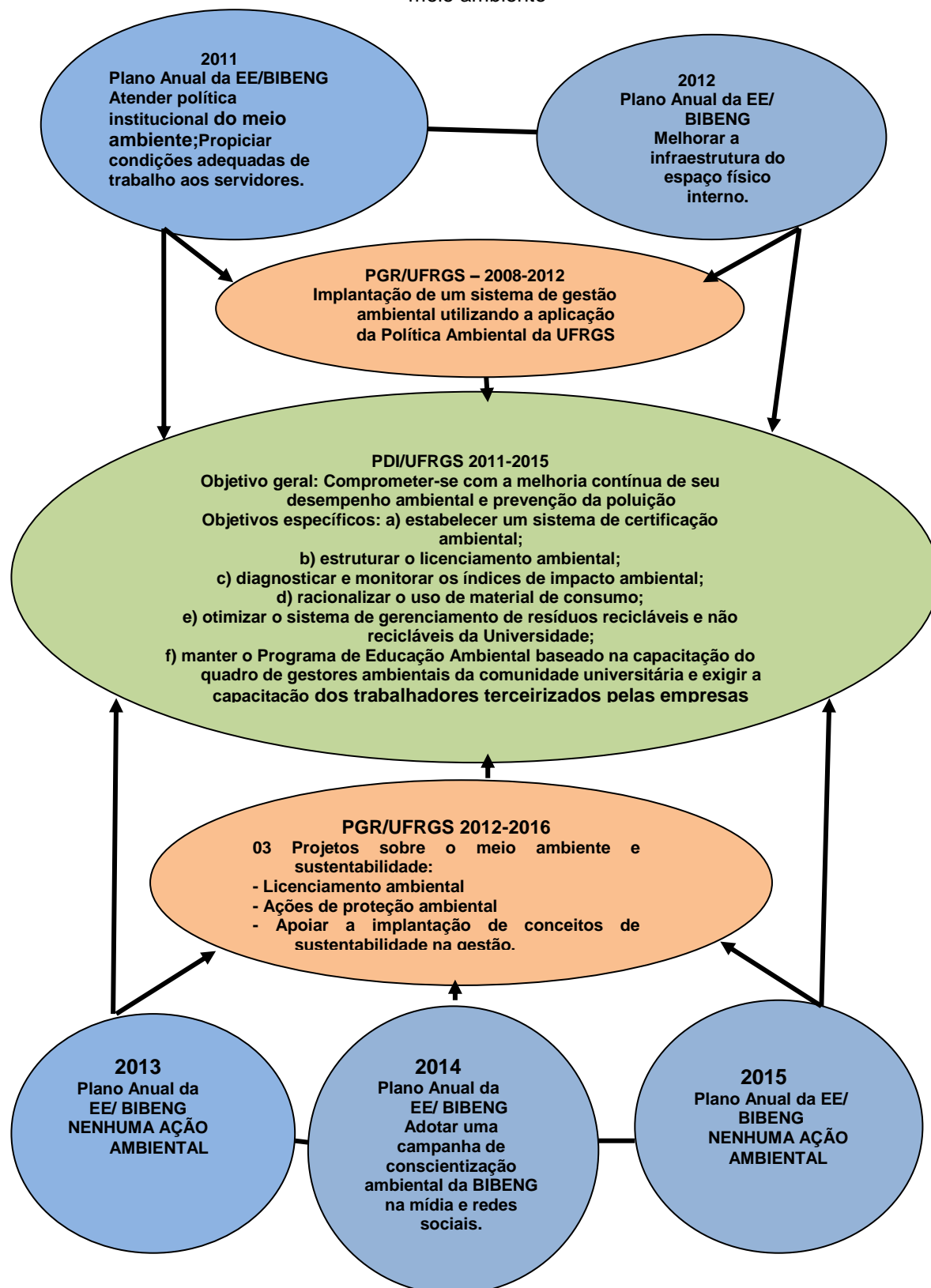
Quadro 7- Objetivos versus documentos analisados

Objetivos	Documentos analisados
Objeto geral Propor ações para a melhoria das políticas ambientais da UFRGS, visando o Plano Anual da Escola de Engenharia em consonância com o Plano de Gestão e a Política de Gestão Ambiental da UFRGS no período de 2011-2015.	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Planejamento Anual da Escola de Engenharia da UFRGS, no período de 2011-2015 (1). ✓ Política de Gestão da BIBENG (2). ✓ Política de Gestão Ambiental da UFRGS (3)
Objetivo 1 Descrever as ações propostas à Gestão Ambiental inserida no Plano de Desenvolvimento (PDI) da UFRGS, para o período de 2011-2015.	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Planejamento Desenvolvimento Institucional (PDI) UFRGS – período 2011-2015 (4)
Objetivo 2 Identificar os documentos que tratam dos Planos de Gestão da Escola e da Biblioteca de Engenharia da UFRGS, a partir 2011;	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Planejamento de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Escola de Engenharia da UFRGS período de 2011-2015 (5) ✓ Planejamento Anual da Escola de Engenharia: período de 2011-2015 (1) ✓ Política de Gestão da BIBENG (2).
Objetivo 3 Apresentar as ações propostas pela Biblioteca, quanto à preservação e redução do impacto ambiental, contidas no Planejamento Anual da Escola de Engenharia em consonância com o Plano de Gestão e a Política de Gestão Ambiental da UFRGS;	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Planejamento Anual da Escola de Engenharia período de 2011-2015 (1)
Objetivo 4 Propor um protótipo de um produto para os usuários da BIBENG ecologicamente sustentável que preserve o meio ambiente	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Sacola ECOBENG

Fonte: elaborado pela autora (2015)

Alguns aspectos relevantes emergem da análise dos resultados obtidos na coleta de informações junto à análise dos documentos internos e a entrevista ao especialista. A Figura 14 demonstra a síntese das ações e/ou objetivos propostos no PDI da UFRGS, nos PGRs da UFRGS, no PDI da Escola de Engenharia da UFRGS e nos Planos Anuais da Escola de Engenharia através da BIBENG para o período de 2011-2015.

Figura 14 – Síntese das ações de gestão da UFRGS no período de 2011-2015 com ênfase no meio ambiente



Fonte: elaborada pela autora (2016).

Legendas:

operacional tático estratégico

Analisando os documentos acima descritos, percebe-se que a questão ambiental assume destaque significativo por ocasião da implantação do PDI/UFRGS 2011-2015 como um planejamento estratégico a ser incorporado na Administração Geral e demais órgãos com o objetivo geral de comprometer-se com a melhoria contínua de seu desempenho ambiental e prevenção da poluição. Neste sentido o planejamento do Plano de Gestão do Reitorado 2008-2012, documento de planejamento tácito anterior ao PDI, sua preocupação com meio ambiente foi a implantação um sistema de gestão ambiental, utilizando as diretrizes constantes na Política de Gestão Ambiental sendo administrado por uma assessoria especializada. Já o PGR 2012-2016 propôs 03 projetos, sendo o Licenciamento Ambiental imediatamente implantado e plenamente atuante. Os demais projetos requerem uma gestão mais comprometida.

Nos projetos inseridos nos PDI-EE - períodos de 2011 a 2015 não foi proposto nenhuma ação sobre as questões ambientais. Já, os Planos Anuais da Escola de Engenharia, a BIBENG deixou de propor /realizar ações na questão ambiental nos anos de 2013 e 2015.

Ressalta-se que até o ano 2012 havia na UFRGS um ambiente mais voltado às questões ambientais, pois o SGA tinha uma participação mais efetiva e comprometida, envolvendo gestores das unidades e os servidores técnico-administrativos. A partir da nova estrutura organizacional da SGA houve um distanciamento aos problemas de ordem ambiental, desmotivando parte da Universidade a se engajar à preservação do meio ambiente.

5.3.2 Perspectivas no PDI UFRGS período 2016-2026: ênfase nas questões ambientais

No primeiro trimestre de 2015, a UFRGS iniciou o processo para a construção do Plano de Desenvolvimento Institucional UFRGS período 2016-2026, envolvendo toda a comunidade acadêmica, com uma série de eventos, como conferências, seminários e fóruns sobre diversos assuntos de interesse ligados ao tema.

A participação na elaboração do novo PDI era democrática e espontânea, cabendo a qualquer servidor participar, propondo ações nos seguintes eixos temáticos:

- a) inovação acadêmica;
- b) transversalidade acadêmica;
- c) alianças estratégicas;
- d) inserção internacional, nacional e regional;
- e) desenvolvimento organizacional;
- f) inovação;
- g) inclusão social;
- h) sustentabilidade;
- i) qualidade de vida da comunidade interna;
- j) compromisso com o desenvolvimento da educação nacional.

Os dez eixos temáticos convergem para o ensino, pesquisa e extensão, com o objetivo de chegar na VISÃO de “Ser uma UNIVERSIDADE reconhecida pela sociedade como de excelência em todas as áreas de conhecimento em âmbito nacional e internacional” (UFRGS/PDI -2016-2026).

Da mesma forma, no último trimestre de 2015, a Escola de Engenharia elaborou uma Proposta de Projeto dos Técnico-Administrativos da Escola de Engenharia, a ser inserida em seu PDI-EE período 2015-2017, para tentar consolidar-se junto ao novo PDI da UFRGS, escolhendo a temática “Qualidade de vida da comunidade interna”, com objetivo geral de promover a integração entre os servidores técnico-administrativos da Escola de Engenharia, tendo como justificativa principal as condições precárias de saúde e segurança (individual e coletiva) do seu local de trabalho. Além disso, a maioria dos servidores questionam a falta de práticas de

Neste sentido, a oportunidade da BIBENG em contribuir com a elaboração do PDI-EE, em consonância com o PDI UFRGS período 2016-2026, surgiu ao se sugerir que fosse inserido neste Projeto um tópico sobre a questão ambiental, tendo como premissa a implantação da ferramenta LAIA com o objetivo principal

de dar conhecimento à comunidade acadêmica sobre a Política Ambiental da UFRGS.

6 **SACOLA ECOBENG:** *ecodesign*, uma alternativa de sustentabilidade ambiental.

Para atender a um dos requisitos do Mestrado Profissional, um produto final foi projetado, com o objetivo de consolidar a teoria com a prática profissional. Neste sentido, surgiu a idéia de apresentar um protótipo de uma sacola para aos usuários da BIBENG, ecologicamente sustentável, que preserve o meio ambiente.

O desenvolvimento de produtos com o menor impacto ambiental, através de técnicas como *Ecodesign*, requer alterações nas características dos produtos, como a fabricação de partes substituíveis ou passíveis de conserto, de maior durabilidade, recicláveis ou com maior aproveitamento de matérias-primas. As alterações nos insumos requerem a utilização de recursos naturais renováveis, materiais recicláveis, produtos menos tóxicos, reutilização de materiais (sucatas e excessos) e a minimização de componentes críticos (VILELA JR.; DEMAJOROVIC, 2006).

Ecodesign é definido como sendo um conjunto de práticas de projeto, orientadas à criação de produtos e processos ecoeficientes, havendo respeito aos objetivos ambientais, de saúde, segurança, durante todo o ciclo de vida destes produtos e processos (FIKSEL, 1996). O ciclo de vida do produto abrange desde a fabricação e utilização, bem como a extração da matéria prima, até sua eliminação, passando pela gestão de seus resíduos, envolvendo as fases de projeto, transporte e instalação (VIECELLI, 2009). Como argumenta Ramos (2001), essas atividades envolvem o impacto ambiental dos diferentes materiais, produtos e processos e a tomada de novos tipos de decisão.

Para tanto, o estudo dos materiais a serem utilizados e a consideração quanto aos impactos ambientais são instrumentos técnicos do processo de avaliação para o desenvolvimento do produto ecologicamente sustentável. E, para a total excelência deste projeto, devem ser seguidos alguns parâmetros referentes aos materiais a serem utilizados, como a qualidade, produtividade, baixo custo e o impacto ambiental dentro de seu ciclo de vida. O ciclo de vida do produto passa ser levado em consideração mesmo antes de o produto ser

concebido. Assim podem ser projetados produtos eficientes ou ecoeficientes, que geram ganhos em termos ambientais e econômicos em seu processo produtivo (VIECELLI, 2006).

Os materiais podem ser divididos em dois grandes grupos: os inorgânicos e os orgânicos. Os inorgânicos compõem a maior parte da crosta terrestre e são encontrados em rochas constituídas de metais e seus derivados, pertencendo ao Reino Mineral. Os materiais orgânicos pertencem ao Reino Animal e Vegetal. Esses dois grupos, em função de suas propriedades peculiares e de características mais específicas, são classificados em: cerâmicos, compósitos, metálicos, naturais e polímeros (KUNZLER, 2008).

Neste estudo, o interesse para o produto é no sentido de se usar os materiais naturais, dentre estes o algodão, por suas características e por estar em consonância com os critérios de seleção estabelecidos para o atendimento dos usuários e suas “necessidades funcionais, sociais e culturais” (REDIG, J., 1977). Assim, os critérios da seleção foram:

- a) considerações dimensionais e de forma;
- b) considerações de peso e resistência mecânica;
- c) facilidade de fabricação;
- d) durabilidade;
- e) requisitos de durabilidade;
- f) número de unidades;
- g) disponibilidade de material;
- h) custo;
- i) viabilidade de reciclagem.

A sacola ECOBENG feita de algodão cru é uma opção para substituição das sacolas de plástico que eventualmente são usadas pelos usuários da Biblioteca para carregar seus livros. Por ser durável, sua utilização contribuirá para a diminuição dos resíduos. Ao oferecê-la à comunidade acadêmica, a BIBENG estará ofertando um produto com qualidade e responsabilidade ambiental.

Após a escolha do material de algodão, coube ao graduando em *Design*, bolsista da BIBENG, Ricardo Gomes Pinto, desenvolver o *layout* conforme etapas estabelecidas para facilitar a montagem. A cor escolhida para ser usada na serigrafia foi o preto, ficando a sacola apenas com uma cor, para não encarecer o produto.

a) Definição do conteúdo:

- Frente – evento em destaque (120 ANOS, de 1896-2016, Nome da Biblioteca e instituição e suas marcas), conforme Figura 15;

b) Grafismos e Imagens:

- foi vetorizada uma faixa utilizando o *software* Adobe Illustrator CS6, no padrão de CMYK;
- foi feito o tratamento das 3 imagens, utilizando o *software* Adobe Photoshop CS6, no padrão de cor CMYK, conforme Figura 16;

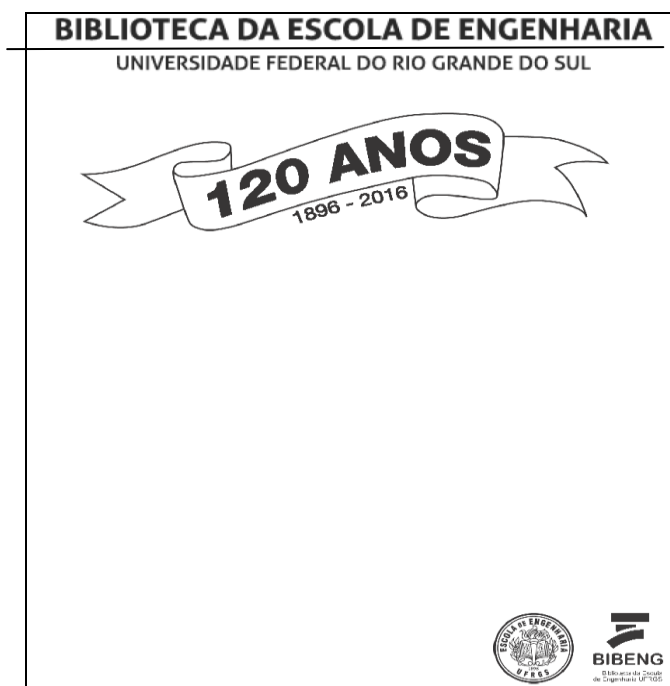
c) Disposição do conteúdo e definição do *layout*:

- foram criados *Mockups* para o *layout* sacola ecológica, utilizando o Adobe Photoshop CS6, importando as imagens tratadas, o vetor da faixa e as logos da Escola de Engenharia e Biblioteca.

d) Construção do *layout* para o arquivo final, conforme Figuras 17 e 18:

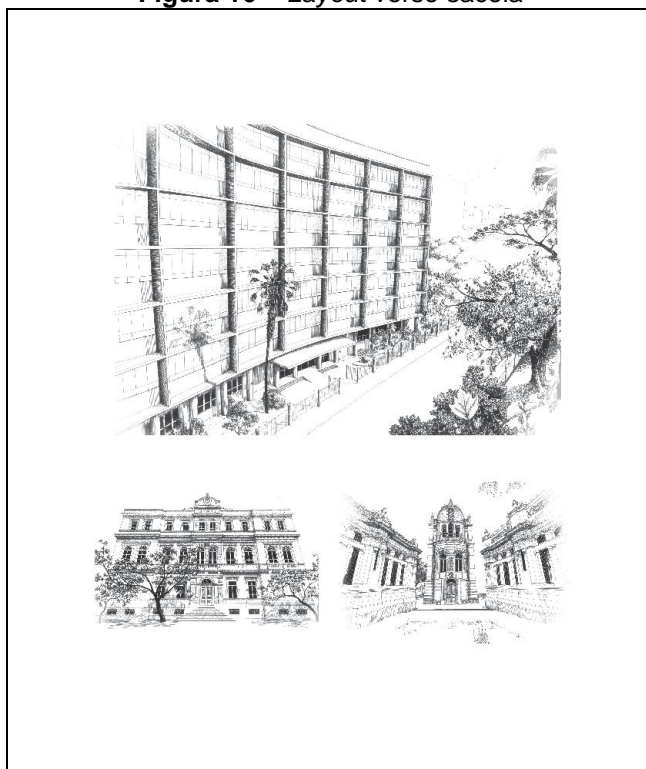
- foram importadas as imagens tratadas, o vetor da faixa e os logos da Escola de Engenharia e Biblioteca para o Adobe Illustrator CS6, separando em duas pranchetas (Frente/Verso) e exportadas no formato PDF.

Figura 15 – *Layout* frente da sacola



Fonte: elaborado por Pinto (2014).

Figura 16 – *Layout* verso sacola



Fonte: Patrimônio em traços (2014).

Figura 17 – Resultado final frente bolsa



Fonte: Designer Pinto (2015)

Figura 18 – Resultado final verso bolsa



Fonte: Designer Pinto (2015)

Após definida a arte final, seguiu-se para o orçamento das empresas fornecedoras para confeccionar a sacola ecológica. Foram contatadas 03 empresas sediadas em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, para diminuir o custo de frete. As empresas X e Y enviaram seus orçamentos com valores finais iguais. A empresa Z entregou um orçamento com diferença de 20% para mais. A empresa fornecedora X foi escolhida pelo preço menor e por permitir a confecção de um número mínimo de 50 sacolas, pois as despesas foram assumidas pela autora.

A ideia é fazer um Projeto de Confecção da *Ecobeng* e apresentar à Direção da Escola de Engenharia da UFRGS para ser parceria nessa criação, garantindo a oferta a todos os usuários que estiverem no Banco Pessoa da UFRGS e habilitados na Biblioteca da Escola de Engenharia da UFRGS. E, para garantir que o maior número de usuários sejam contemplados será preciso registrar a doação das sacolas no cadastro dos usuários, com o objetivo de distribuir o material uniformemente e de forma democrática. Salienta-se que a *Ecobeng* não tem fins lucrativos.

A *Ecobeng*, também, tem como objetivos ampliar a divulgação da BIBENG como detentora do patrimônio científico, tecnológico e cultural da UFRGS na área de engenharia e desenvolver uma nova consciência em relação à preservação do meio ambiente através de um produto ecológico confeccionado com materiais sustentáveis ou reutilizáveis, duradouras e resistentes.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar esta dissertação é possível visualizar o uso dos instrumentos de gestão ambiental na formação da memória institucional e, ao mesmo tempo, por meio do estudo de caso, encontrar elementos que reforçam a relevância desses instrumentos na consolidação da memória de uma instituição.

A memória institucional é um elemento decisivo para a formação gradual de uma comunidade acadêmica, tanto para garantir a informação estratégica, viabilizando a tomada de decisão, como para assegurar o caráter histórico na consolidação de uma identidade institucional. E a gestão ambiental é um fator relevante para a construção coletiva de um ambiente politicamente correto dentro de uma Universidade pública e de excelência em termos de qualidade.

Neste sentido, para ocorrer a consolidação definitiva entre a memória institucional e o meio ambiente dentro de uma instituição, ela deve potencializar ao máximo suas atividades, buscando integrar toda a comunidade acadêmica – alunos, servidores, professores, gestores e terceirizados –, além de incluir a sociedade em geral e os demais setores da administração pública, a fim de que os objetivos organizacionais sejam atingidos.

A importância da escolha do tema do presente trabalho salienta-se por demonstrar que a Biblioteca da Escola de Engenharia da UFRGS, como estudo de caso dentro do processo de planejamento estratégico da Universidade, obteve, em todos os períodos analisados, resultados, do ponto de vista operacional, marcados pela eficiência organizacional, uma vez que a Biblioteca e sua equipe de trabalho contribuíram para consolidar os objetivos propostos pelo PDI UFRGS e pelos PGRs UFRGS. Entretanto, a questão ambiental não foi muito avaliada no sentido de propor ações que minimizassem o impacto e implementassem a conscientização ambiental para sua comunidade usuária, pois outras ações, com envolvimento direto com os serviços e produtos para o atendimento de qualidade aos seus usuários, tiveram prioridade.

Dentro desta perspectiva, o papel da biblioteca universitária vai além de lugar da memória, da gestão da memória institucional, do acervo de documentos e da informação. Ela pode auxiliar na educação dos usuários em relação à temática ambiental, ajudando na construção da cidadania. Além disso, a biblioteca universitária apresenta-se como um ambiente propício para a construção e trocas de saberes, proporcionando o desenvolvimento da sua competência informacional, apoiando os usuários através de atividades que incentivem às questões ambientais, realizando oficinas, palestras e debates sobre este tema, além de outros já inseridos na programação habitual.

Em relação ao papel desempenhado pela Escola de Engenharia da UFRGS, como integradora das ações para seu Plano de Desenvolvimento Institucional, percebeu-se que foi negativo, em virtude dos objetivos para alcançar as metas estipuladas, que não visavam à questão ambiental, uma vez que o consenso e consolidação de uma posição unificadora nas ações relacionadas ao meio ambiente estavam pautados no PDI UFRGS 2011-2015. As críticas quanto à administração da Escola de Engenharia dizem respeito basicamente à falta de um comprometimento dos gestores nesta área ambiental, influenciando na motivação de toda a equipe da Unidade.

Percebeu-se, também, que, até o momento, na UFRGS, talvez os procedimentos utilizados quanto à gestão ambiental ainda não tenham sido assumidos de forma adequada. Seu panorama atual caracteriza-se pela falta de articulação entre diferentes unidades envolvidas, pela ausência de coordenação e acompanhamento e pela carência de recursos financeiros e humanos para o gerenciamento das questões relativas ao meio ambiente.

Assim, como sugestão a BIBENG pode sugerir para a melhoria das políticas ambientais na UFRGS as seguintes ações relativas às questões ambientais:

- a) implantar e/ou retomar o Levantamento dos Aspectos e Impactos Ambientais em todas as unidades da UFRGS, com avaliações periódicas;

- b) criar cursos de capacitação sobre Educação Ambiental, acessíveis a todos os técnicos administrativos, para que possam contribuir na conscientização acerca dos problemas de meio ambiente que a Universidade vem enfrentando, promovendo boas práticas pessoais e profissionais;
- c) criação de Comissões de Saúde e Ambiente de Trabalho (COSATs), com a finalidade da melhoria das condições de trabalho e do meio ambiente, buscando soluções que promovam um estado de bem-estar físico, psíquico e social do trabalhador e a qualificação do meio ambiente, tendo, principalmente, uma função preventiva em todas as unidades para o levantamento de mapas de riscos;
- d) adotar supervisão constante dos trabalhadores terceirizados quanto aos processos de reciclagem;
- e) implantar ações que visem à contenção do consumo de energia;
- f) controlar a preservação de áreas verdes e projetos de urbanização nos campi;
- g) implantar as normas do ISO14000 e obtenção do certificado;
- h) promover ações de processo de melhoria contínua, com atenção voltada a novos meios e oportunidades;
- i) criar um canal de comunicação ambiental que permita o recebimento, a documentação e o atendimento, à comunidade em geral, com relação às questões pertinentes ao Sistema de Gestão Ambiental (SGA), conforme os tipos de comunicação:
 - divulgações;
 - comunicação legal;
 - reclamações;
 - ocorrência ambiental.

Neste contexto, o plano gestão ambiental da BIBENG possui orientações consolidadas a partir das diretrizes do PDI UFRGS e poderá auxiliar no processo de desenvolvimento do **plano de gestão ambiental da UFRGS**, apresentando e

realizando boas práticas para o meio ambiente e conduzindo sua equipe para atitudes pessoais e empresariais voltadas para: a reciclagem de resíduos sólidos; a diminuição do desperdício de matéria-prima e desenvolvimento de produtos com baixo consumo de energia; o consumo controlado de água, evitando ao máximo o desperdício; a mudança dos padrões de consumo; o recolhimento adequado de lixo eletrônico. Além disso, pode auxiliar por meio da promoção do ensino, da conscientização e do treinamento para sustentabilidade ambiental voltado a todos os seus servidores.

A relação de todos esses princípios e diretrizes são elementos de preservação da memória institucional, ao mantê-la viva para gerações futuras, fortalecendo suas bases já alicerçadas. Preservar a memória da instituição não é só resgatar o passado, mas construir o presente e planejar o futuro. Neste sentido, a Biblioteca é um lugar de memória, pois sua função primordial é a preservação do patrimônio intelectual e documental, conservar, disseminar a informação, seja ela em qualquer suporte, tanto físico como digital.

Esta pesquisa teve sua origem e sustentação na preocupação de valorizar as boas práticas para um ambiente corretamente saudável dentro da questão ambiental na Biblioteca da Escola de Engenharia da UFRGS. Espera-se que este trabalho contribua para que os gestores da Escola de Engenharia da UFRGS e da Biblioteca da Escola de Engenharia, assim como toda a Universidade, percebam a importância de preservar a memória institucional e de se ter um comprometimento eficaz quanto à questão ambiental, o que pode acontecer através das ações que se sugeriu, visto que são objetivos passíveis de serem alcançados, garantindo assim o acesso à memória de um patrimônio de valor permanente para toda a comunidade em geral.

Neste ano de 2016, a Escola de Engenharia bem com a Biblioteca comemoram seus 120 anos de conquistas, memórias e desafios. E, para comemorar esta data especial a confecção das sacolas ecológicas servirá como uma peça comemorativa.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, R. F. de. As análises institucionalistas nas organizações e o conceito de institucional. *Caleidoscópio - Revista de comunicação e cultura*, Portugal, n.3, 2002. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/caleidoscopio/article/view/2205/1723>>. Acesso em: abr.2015.

ARRUDA, R.G. Unidades de informação e sustentabilidade: requisitos para organizações do conhecimento, o caso Embrapa. *Revista Brasileira de Biblioteconomia*, São Paulo, v. 5, n. 1/12, p. 28-41, jan./dez.2009.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 14001:2004**: sistemas de gestão ambiental: requisitos com orientações para uso. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

BARBALHO, Célia Regina Simonetti. A biblioteca e seus ritos ambientais. In: SANTOS, Jussara Pereira (Org.). **Gestão ambiental em bibliotecas**: aspectos interdisciplinares sobre ergonomia, segurança, condicionantes ambientais e estética nos espaços de informação. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

BARBOSA, Andréia Arruda. O lugar da memória institucional nas organizações complexas. In: CONGRESSO BRASILEIRO CIENTÍFICO DE COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL E DE RELAÇÕES PÚBLICAS – ABRAPCORP, 4., São Paulo, 2010. **Anais...** São Paulo: ABRACORP, 2010. Disponível em: http://www.abrapcorp.org.br/anais2010/GT2/GT2_Andreia.pdf. Acesso em: nov.2014.

BARBIERI, José Carlos. **Gestão ambiental**: conceitos, modelos e instrumentos. 3.ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2011.

BRASIL. Congresso. Senado. **Lei nº 9.605**, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm>. Acesso em: mai.2015.

_____. Congresso. Senado. **Lei nº 6.938**, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm>. Acesso em: mai.2015.

_____. Constituição (1988). **Art. 225: Do Meio Ambiente**. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_04.02.2010/CON1988.pdf>. Acesso em: mai.2015.

_____. **Decreto nº 5.940**, de 25 de outubro de 2006. Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta na fonte geradora e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5940.htm>. Acesso em ago.2014.

_____. Ministério do Meio Ambiente (MMA). **Agenda 21**. [2015]. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21>>. Acesso em: mai. 2015.

_____. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Resolução da Diretoria Colegiada - RDC Nº 306, de 7 de dezembro de 2004. DEZEMBRO DE 2004. Dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde. Disponível em: <<http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/10d6dd00474597439fb6df3fbc4c6735/RDC+N%C2%BA+306,+DE+7+DE+DEZEMBRO+DE+2004.pdf?MOD=AJPERES>>. Acesso em ago. 2014.

CAMPANI et al. Gestão ambiental de resíduos na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). In: DE CONTO, Suzana Maria (Org.). **Gestão de resíduos em universidades**. Caxias do Sul: EDUCS, 2010. Cap. 4.

CARSON, Rachel. **Primavera silenciosa**. Tradução: Cláudia Sant'Anna Martins. São Paulo: Gaia, 2010.

CHARTIER, Roger. As revoluções da leitura no Ocidente. In: ABREU, Marcia (Org.). **Leitura, História e História da Leitura**. Campinas, SP: Mercado das Letras; Associação de Leitura do Brasil; FAPESP, 2002.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. (CMMAD). **Nosso futuro comum**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1991.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. (CNUMAD). Rio de Janeiro, 1992. Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento: de acordo com a Resolução 44/228, da Assembléia Geral da ONU, de 22-12-89, estabelece uma abordagem equilibrada e integrada das questões relativas ao meio ambiente e

desenvolvimento: **a Agenda 21** - Trad: Ministério das Relações Exteriores, Divisão do Meio Ambiente, com a colaboração do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenações de Publicações, 1995. (Série ação parlamentar: n. 56).

COSTA, Icléia Thiesen Magalhães. **Memória institucional**: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica. 169 fls.1997 .Tese (Doutorado em Ciência da Informação) –Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

DIAS, Reinaldo. **Gestão Ambiental**: responsabilidade social e sustentabilidade. 2.ed.rev.atual. São Paulo: Atlas, 2011.

DUARTE, Rosália, Pesquisa qualitativa: reflexões sobre trabalho de campo. **Cadernos de pesquisa online**. São Paulo, n. 115, mar.2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742002000100005>. Acesso em: ago.2015.

FENTRESS, James; WICKHAM, Chris. **Memória social**: novas perspectivas sobre o passado. Tradução de Telma Costa. Lisboa: Teorema, 1992. (Coleção Teorema série especial).

FIKSEL, Joseph. **Design for environment**: creating eco-efficiency products and processes. New York: McGraw-Hill, 1996.

MINISTERIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL (FUNDACENTRO). [2015?]. Disponível em:< <http://www.fundacentro.gov.br/>>. Acesso em: jan.2016.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GONDAR, Jô. Lembrar e esquecer: desejo de memória. In: COSTA, Icléia Thiesen Magalhães; GONDAR, Jô (Orgs.). Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.

_____. Memória individual, memória coletiva, memória social. **Morpheus – Revista eletrônica em ciências humanas**, v. 8, n. 13, 2008.

HALBWACHS, Maurice. **Memória coletiva**. Tradução:Laurent Léon Schaffter Campinas: Vértice, 1990.

JACOB, Christian. Prefácio. In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian (Direção). **O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente**. Tradução : de Marcela Mortara. Rio de Janeiro : Ed. UFRJ, 2000.

JEDLOWSKI, Paolo. La sociologia y la memoria coletiva. In: ROSA, A.; BELLELLI, G.; BARKHURST, D. **Memoria colectiva e identidad nacional**. Madrid: Biblioteca Nueva, 2000.

_____. Memory and sociology: themes and issues. **Time & Society**, v. 10, n. 1, p. 29-44, 2001.

KUNZLER, Lizandra. A seleção de materiais em design de produto. BOZZETTI, N.; BASTOS, R. (Orgs.). **Pensando design 2**. Porto Alegre. Ed. UNIRITTER, 2008.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução: Irene Ferreira, Bernardo Leitão, Suzana Ferreira Borges, 5.ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.

LEAR, Linda. Introdução. In: CARSON, Rachel. **Primavera silenciosa**. Trad. Cláudia Sant'Anna Martins. São Paulo: Gaia, 2010.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MINTZBERG, Henry; AHLSTRAND, Bruce; LAMPEL, Joseph. **Safári de estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico**. Porto Alegre: Bookman, 2004.

NASSAR, Paulo. **Relações públicas na construção da responsabilidade histórica e no resgate da memória institucional das organizações**. São Caetano do Sul: SP: Difusão, 2007

NORA, Pierre. Entre a memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto história**, São Paulo, n. 10, dez. 1993.

OLIVEIRA, Eliane Braga. As concepções de memória na Ciência da Informação no Brasil: estudo preliminar sobre a ocorrência do tema na produção científica. **PontedeAcesso**, Salvador, v.3, n.3, p. 216-239, dez.2009.

PHILIPPI JR., Arlindo; ROMÉRO, Marcelo de Andrade; BRUNA, Gilda Collet. Uma introdução à gestão ambiental.. In: PHILIPPI JR., Arlindo (Coord.). **Curso de Gestão Ambiental**. 2.ed. atual. e ampl. Barueri, SP: Manole, 2014. (Coleção Ambiental, v. 13).

PATRIMÔNIO EM TRAÇOS. **Esboço de Suzana de Conto**. Setor do Patrimônio Histórico. Porto Alegre: UFRGS, 2014.p

RAMOS, Jaime. **Alternativas para o projeto ecológico de produtos**. Florianópolis, 2001. Tese (Doutorado), Programa de Pós Graduação em Engenharia da Produção. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2001. Disponível em: <
<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/79679/179239.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: nov.2015.

REDIG, J. **Sobre desenho industrial**. Porto Alegre: ESDI/Imprinta, 1977.

RUEDA, Valéria Matias da Silva; FREITAS, Aline de; VALLS, Valéria Martin. Memória Institucional: uma revisão de literatura. **CRB-8 Digital**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 78-89, abr. 2011. Disponível em: <http://revista.crb8.org.br>. Acesso em: jul.2014.

SÁ, Celso Pereira de. As memórias da memória social. In: _____ (Coord.). **Memória, imaginário e representações socais**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005. P. 63-86.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Memória coletiva e teoria social**. São Paulo: Annablume, 2003.

SANTOS, Petras Amaral. **Inovação sustentável: o ecodesign aplicado ao projeto de novos produtos**. Porto Alegre: UCS, 2001.

SGARBI, Márcio; SCHLOSSER, Rodrigo T.; CAMPANI, Darci B. Implantação do sistema de gestão ambiental em um auniversidade pública no Rio Grande do Sul, Brasil. **Augmdomus**, Montividéo, v. 5, p. 120-140, 2013. Disponível em: <http://revistas.unlp.ed.ar/index.php/domus/issue/current/showToc>. Acesso em nov.2014.

SCHOSSLER, Giovana Beatriz; MORIGI, Valdir José. Sustentabilidade e responsabilidade socioambiental: um estudo na empresa florestal de alimentos S.A em Lajeado, RS. **Destaques acadêmicos**, Lajeado, v. 3, n. 1, p. 17-25, 2011.

SETOR PATRIMÔNIO HISTÓRICO. **Quartirão**. Porto Alegre: UFRGS. [2014?]. (Campus do Centro, quartirão 1 Foto aérea, Engenharia Nova). Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/106658>. Acesso em jan.2016.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. Biblioteca, memória e identidade social. **Perspectivas em ciência da informação**, v.15, n.3, p.67-86, set./dez.2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS). **Assessoria de Gestão Ambiental (AGA)**. Portaria 1.227 de 12 de abril de 2007. :<<http://www.ufrgs.br/sga/legislacao-ambiental-2/portarias/portarias-da-ufrgs/portaria2604.pdf/view>>. Acesso em; dez. 2014.

_____. **Coordenadoria de Gestão Ambiental (CGA)**. Portaria 2604 de 17 de agosto de 2005. Constituição do Grupo de Trabalho para implementação de Política Ambiental na UFRGS. Disponível em:<<http://www.ufrgs.br/sga/legislacao-ambiental-2/portarias/portarias-da-ufrgs/portaria2604.pdf/view>>. Acesso em; dez. 2014.

_____. **Sistema de Gestão Ambiental (SGA)**. Portaria 3.396 de 13 de dezembro de 2004. Disponível em:<<http://www.ufrgs.br/sga/legislacao-ambiental-2/portarias/portarias-da-ufrgs/portaria3396.pdf/view>>. Acesso em; dez. 2014.

_____. **Sistema de Gestão Ambiental (SGA)**. Portaria 1461 de 29 de abril de 2008. Disponível em:< <http://www.ufrgs.br/sga/legislacao-ambiental-2/portarias/portarias-da-ufrgs/portaria1461.pdf/view>> Acesso: dez. 2014.

_____. **Estatuto da UFRGS**. 1994. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/a-ufrgs/estatuto-e-regimento>>. Acesso em: dez. 2015.

_____. **Gestão Ambiental da UFRGS**. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/sga>. Acesso em: dez.2015.

_____. **Histórico**. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/a-ufrgs/historico>. Acesso em: ago.2015.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI – 2011-2015**. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/ufrgs/a-ufrgs/plano-de-desenvolvimento-institucional>>. Acesso em: dez. 2014.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI – 2016-2026.**

Disponível em: <http://limesurvey.ufrgs.br/index.php?lang=pt-BR&sid=94253&token=fwbгна65tgzfzji>. Acesso em: Nov.2015

_____. **Plano de Gestão do Reitorado (PGR) – 2008-2012.** Disponível em:

<http://www.ufrgs.br/ufrgs/a-ufrgs/plano-de-gestao>>. Acesso em: dez.2015.

_____. **Plano de Gestão do Reitorado (PGR) – 2012-2016.** Disponível em:

<http://www.ufrgs.br/ufrgs/a-ufrgs/plano-de-gestao>>. Acesso em: dez.2015.

_____. Escola de Engenharia. **Álbum da Escola de Engenharia de Porto Alegre.** [Porto Alegre: UFRGS. Escola de Engenharia, 1914?].

_____. Escola de Engenharia da UFRGS – **Plano Institucional da Escola de Engenharia (PDI –EE), 2011-2015.** Disponível em: <

<http://www.ufrgs.br/engenharia/wp/planejamento-institucional/>>. Acesso em: dez.2015.

_____. Escola de Engenharia. Biblioteca da Escola de Engenharia da UFRGS. **Organograma.** Disponível em: < <http://www.ufrgs.br/bibeng/sobre-a-bibeng/organograma/>>. Acesso em: ago. 2015.

_____. Escola de Engenharia. Biblioteca da Escola de Engenharia da UFRGS. **Política de Gestão.** Documento interno, 2003, p.4.

_____. Escola de Engenharia. Biblioteca da Escola de Engenharia da UFRGS. **Acervo da Biblioteca.** 2013 (arquivo intranet da BIBENG).

_____. Escola de Engenharia. **Site da Biblioteca da Escola de Engenharia da UFRGS.** 2011. Disponível em: < <http://www.ufrgs.br/bibeng/>>. Acesso em: dez.2015.

VALENCIA, José Francisco. Representações sociais e memória social: vicissitudes de um objeto em busca de uma teoria. In: SÁ, Celso Pereira de (Coord.). **Memória, imaginário e representações sociais.** Rio de Janeiro: Museu da República, 2005. p. 99-111.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 11.ed. São Paulo: Altas, 2009.

VIECELLI, Eduardo. **Ecodesign, fator redutor de impacto ambiental.**

Disponível em: < Disponível em: < <http://portal.rebia.org.br/consumo-responsavel/367-ecodesign>>. Acesso em: nov.2015.

VILELA JR., Alcir; DEMAJOROVIC, Jacques. **Modelos de ferramentas de gestão ambiental:** desafios e perspectivas para as organizações. SENAC, 2006.

WEBER, Claudiane. As bibliotecas e o aporte para o desenvolvimento sustentável. In: Congresso Responsabilidade e Reciprocidade: valores sociais para uma economia sustentável, 2011, Santa Catarina. **Anais...**Santa Catarina: Fundação Antonio Meneghetti & Faculdade Antonio Meneghetti – Recanto Maestro, 2011

APÊNDICE A- Questionário da entrevista

O Engenheiro e Professor Darci Barcechi Campani possui graduação em Engenharia Agrônoma pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em 1978 e em Educação Física pela UFRGS EM 2008. Atualmente é Diretor de Resíduos Sólidos (DIRSA) da Associação Interamericana de Engenharia Sanitária e Ambiental (AIDIS), tendo sido o representante do Brasil nesta Diretoria por mais de 10 anos, Membro do Conselho Diretor Nacional da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES). Professor Adjunto IV do Departamento de Engenharia Mecânica da UFRGS, atualmente é o Assessor de Gestão Ambiental do Reitor da UFRGS. Tem aperfeiçoamento em Projetos de Máquinas Agrícolas, pela UNICAMP, especialização em Planejamento Energético e Ambiental pela UFRGS, mestrado em Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental, pelo IPH/UFRGS e doutorado na Pós-Graduação em Engenharia Metalúrgica, de Minas e Materiais pela UFRGS. Tendo experiência na área de Engenharia Sanitária, com ênfase em Resíduos Sólidos Urbanos e Gestão Ambiental. Em novembro de 2015, o Professor Campani foi convidado para explicar de uma forma sucinta as ações, projetos e propostas que foram implementadas a partir de 2012, que deixaram de ser referenciadas na Agenda Ambiental da Administração Pública da UFRGS (A3P UFRGS), após uma mudança organizacional da Coordenadoria de Gestão Ambiental que passou a administrada pela Assessoria de Gestão Ambiental.

- 1. Na A3P UFRGS é descrito ações, objetivos e metas de 2009 a 2012. A partir desse período essas informações deixaram de ser apresentadas para a comunidade acadêmica. Como minha pesquisa abrange o período de 2011 a 2015, preciso que o senhor relatasse, em poucas palavras, o que foi proposto neste período pela AGA em relação a projetos e ações, e a própria Educação Ambiental, e o que está implementado?**
- 2. Quais documentos que comprovam essas atividades?**
- 3. Quantas unidades da UFRGS implantaram e mantêm as avaliações constantes da atividade de Levantamento de Aspectos e Impactos Ambientais (LAIA)?**
- 4. Por que a PROGESP não proporciona mais cursos de capacitação para Educação Ambiental para a comunidade acadêmica?**
- 5. Quais são as novas propostas para o Plano de Resíduos Sólidos?**
- 6. A AGA participou com novas propostas para a implantação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFRGS para o período de 2016-2026, ou mantêm-se as diretrizes propostas no PDI UFRGS 2011-2015?**
- 7. A estrutura organizacional atual está de acordo com as demandas da AGA**
- 8. No teu entendimento o conceito da Política Ambiental da UFRGS está sendo aplicado como um instrumento de desenvolvimento sustentável na Universidade?**
- 9. A Administração Geral, órgãos e unidades estão em consonância com o Plano de Gestão Ambiental da UFRGS?**